



Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A. e Controladas

Dezembro 2025

Relatório da Administração

Em conformidade com as disposições legais, a Administração do Banco BTG Pactual S.A. (Banco ou BTG) submete à apreciação as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, contemplando o Relatório da Administração e as correspondentes informações financeiras e operacionais Grupo BTG, revisadas pelos auditores independentes.

Desempenho do BTG Pactual

Temos o prazer de reportar os melhores resultados da nossa história, com desempenho excepcional tanto no trimestre quanto no ano. Esse resultado reflete execução disciplinada, foco estratégico consistente e a confiança de nossos clientes. Mesmo em um ambiente de juros elevados, encerramos o ano com recorde de receitas em todas as linhas de negócio, ao mesmo tempo em que mantivemos forte alavancagem operacional.

Em 2025, o ROAE atingiu 26,9%, representando uma expansão relevante em relação aos 23,1% registrados em 2024, demonstrando nossa capacidade de gerar retornos sustentáveis e de reforçar a criação de valor de longo prazo para clientes e acionistas. Esse desempenho foi ainda sustentado pela forte captação líquida de R\$ 354 bilhões ao longo do ano, com AuM/WuM alcançando R\$ 2,5 trilhões.

No 4T25, registramos receitas recordes de R\$9.089,6 milhões (+35,1% a/a) e lucro líquido de R\$4.597,1 milhões (+40,3% a/a), resultando em um ROAE robusto de 27,6%. Esses resultados reforçam a força e a consistência do nosso modelo de negócio integrado.

Investment Banking apresentou desempenho sólido, com receitas de R\$692,4 milhões, crescimento de 7,7% no trimestre, impulsionado pela contribuição consistente de DCM e M&A, além de resultados sólidos em ECM.

Corporate Lending & Business Banking atingiu receitas recordes de R\$2.239,2 milhões, 4,0% acima do 3T25, sustentadas pelo crescimento das receitas recorrentes, spreads competitivos e gestão de risco disciplinada.

Sales & Trading também registrou a maior receita histórica, totalizando R\$ 2.009,9 milhões, 3,6% acima do trimestre anterior, refletindo o crescimento contínuo da base de clientes, a diversificação da oferta de produtos e a alocação eficiente de VaR em mercados e produtos.

Asset Management também alcançou receitas recordes de R\$860 milhões, crescimento de 15,1% no trimestre, apoiado pelo NNM robusto de R\$61,8 bilhões tanto em fundos sob gestão da BTG Pactual AM quanto na Asset Servicing. O AuM/AuA totalizou R\$1.248 bilhão.

Wealth Management & Personal Banking registrou receitas de R\$1.369,8 milhão, estáveis no trimestre e 42,1% superiores ao mesmo período do ano anterior. O WuM cresceu 8,6% no trimestre, sustentado pelo forte NNM orgânico de R\$46,3 bilhões.

Por fim, Participations apresentou receitas de R\$176,9 milhões, queda de 45,5% no trimestre, refletindo uma menor contribuição da nossa participação no Banco PAN. Após a aquisição das ações remanescentes, optamos por não distribuir JCP no Banco PAN, o que explica o desempenho mais fraco da linha no período.

Os resultados de 2025 reforçam nossa execução disciplinada, focada em nossos clientes e com desempenho recorde em todas as linhas de negócio. As receitas e o lucro líquido atingiram recordes de R\$33.039,3 milhões e R\$16.684,8 milhões, respectivamente, resultando em 26,9% de ROAE, 380 bps acima de 2024.

Investment Banking alcançou receitas recordes, com crescimento de 18,9% no ano, impulsionado por contribuições recordes de DCM e M&A.

A carteira de crédito manteve crescimento robusto, avançando 18,3% para R\$262,3 bilhões, sustentada pelo mix diversificado de produtos, diferentes segmentos de clientes e geografias, além da redução contínua do custo de funding. As receitas de crédito também atingiram recorde anual de R\$8,4 bilhões.

Sales & Trading registrou receitas recordes no ano, com crescimento de 20% em relação a 2024, refletindo maior atividade de clientes, novas iniciativas e alocação eficiente de VaR.

Asset Management reportou receitas recordes de R\$3,0 bilhões em 2025, crescimento de 24,2% no ano, enquanto Wealth Management apresentou desempenho excepcional, com receitas de R\$5,0 bilhões, 36,9% acima do ano anterior, ambos refletindo ganhos contínuos de market share em todos os segmentos. Esses resultados recordes foram sustentados pela forte captação líquida de R\$ 354,1 bilhões e AuM/WuM combinado de R\$2,5 trilhões, crescimento de 31% no ano.

As despesas operacionais totalizaram R\$3.604,4 milhões no 4T25, 7,0% acima do 3T25, e R\$13.051,9 milhões no ano, crescimento de 26,1% em relação a 2024. O aumento decorreu principalmente de maiores provisões de bônus, em linha com o crescimento das receitas operacionais, além dos impactos da consolidação das aquisições realizadas ao longo do ano. Apesar desse aumento, o índice de eficiência melhorou para 35,4% em 2025, ante 37,5% em 2024, refletindo os ganhos de alavancagem operacional, com crescimento de receitas acima do crescimento de despesas.

O lucro líquido contábil foi de R\$4.390,5 milhões no 4T25, 1,2% acima do 3T25, então recorde anterior, e 40,5% superior ao 4T24. No ano de 2025, o lucro líquido contábil cresceu 35,3%, passando de R\$11.789,4 milhões em 2024 para R\$15.947,1 milhões em 2025.

O patrimônio líquido encerrou o ano em R\$70,0 bilhões, crescimento de 6,7% no trimestre e 21,8% no ano em relação aos R\$57,5 bilhões ao final de 2024, já refletindo (i) distribuição de JCP de R\$2.450 milhões no 4T25, (ii) os efeitos da transação do Banco Pan no montante de R\$2,2 bilhões e (iii) o lucro líquido de R\$4.390,5 milhões no período.

A base de unsecured funding encerrou o ano em R\$336,7 bilhões, crescimento de 26,8% no ano. Ao longo do período, seguimos aprimorando a qualidade ao mesmo tempo em que reduzimos o custo de captação, fortalecendo nossos índices de capital e liquidez. Nesse contexto, emitimos R\$4 bilhões em Letras Financeiras perpétuas a spreads atrativos e, mais recentemente, em janeiro, realizamos com sucesso a emissão de USD750 milhões em títulos de dívida seniores, com taxa de 5,5%, marcando o menor spread sobre o soberano da nossa história. Encerramos o ano com Índice de Basileia de 15,5% e LCR de 176,8%.

Ao longo do ano, aumentamos ainda mais nossa oferta de produtos e serviços, expandimos nossa rede distribuição e fortalecemos nossa atuação no mercado internacional por meio de aquisições estratégicas, incluindo Julius Baer Brasil, Justa, JGP WM e HSBC Uruguai. Adicionalmente, em dezembro, obtivemos as aprovações regulatórias nos Estados Unidos para a aquisição do MY Safra, marco relevante que amplia nossa presença global e nos posiciona como banco completo nos EUA.

O BTG Pactual reforçou seu compromisso com ESG ao coordenar a emissão de R\$2 bilhões em debêntures da Isa Energia, apoiando projetos estratégicos de transmissão de energia no Brasil, e ao firmar sua primeira parceria com o Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB), por meio de uma linha de USD 160 milhões voltada ao financiamento de infraestrutura alinhada à agenda climática.

O ano de 2025 foi marcado por execução consistente e forte entrega, reforçando a resiliência do nosso modelo de negócios diversificado. Seguimos bem-posicionados para sustentar ROAE acima de 25%, criando valor de longo prazo para nossos stakeholders, e mantendo nosso foco no cliente.

Após a aquisição da participação remanescente no Banco Pan e seu fechamento de capital, criamos uma nova linha de negócios, Consumer Finance & Banking, que consolida integralmente as receitas do Banco Pan e inclui a Too Seguros de forma proporcional, considerando nossa participação de 51%. Como resultado, a linha de Participations será descontinuada em 2026.

Composição Acionária e Política de Dividendos

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 11.670.063.466 ações, sendo 7.298.813.414 ações ordinárias, 2.973.824.692 ações preferenciais classe A e 1.397.425.360 ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

As ações ordinárias propiciam aos respectivos detentores o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral do Banco e participarão, em igualdade de condições com as ações preferenciais Classe A e as ações preferenciais Classe B, na distribuição dos lucros.

Os titulares das ações preferenciais Classe A e B têm direito a voto restrito, mas terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e participarão, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de lucros.

As ações preferenciais Classe A conferem aos respectivos detentores o direito de serem incluídos em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de Alienação de Controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao Acionista Controlador Alienante.

As ações preferenciais Classe B serão conversíveis em ações ordinárias, mediante simples pedido por escrito de seu titular ou do Banco, sem a necessidade de deliberação e de reunião de conselho ou de acionistas, desde que (i) tal conversão ocorra por ocasião da emissão de novas ações pelo Banco, dentro ou não do limite do capital autorizado (salvo se o acionista que a converter seja a BTG Pactual Holding S.A.) (ii) após a conversão, a BTG Pactual Holding S.A. (ou a sociedade que venha a lhe suceder a qualquer título, inclusive por força de incorporação, fusão, cisão ou outro tipo de reorganização societária) continue detendo, direta ou indiretamente, mais de 50% das ações ordinárias de emissão do Banco e (iii) seja sempre observado o acordo de acionistas do Banco. Essas ações serão conversíveis em ações preferenciais Classe A, a pedido de seu titular, e desde que (i) o Banco seja uma companhia aberta com suas ações listadas em bolsa de valores e (ii) seja sempre observado o Acordo de Acionistas do Banco. As ações preferenciais Classe B têm direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição em decorrência de eventual alienação de controle do Banco, ao mesmo preço e às mesmas condições.

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio do Banco BTG Pactual S.A. será realizada de forma periódica, conforme proposto pela administração do Banco e de acordo com o seu estatuto social. Os acionistas têm direito à distribuição mínima de 1% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

Aprovação do programa de recompra de ações

Em 12 de novembro de 2024, o BTG Pactual comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração do Banco, em reunião ocorrida em 11 de novembro de 2024, aprovou programa de recompra de ações, sob as seguintes condições (“Programa de Recompra”):

- Recompra com o objetivo de propiciar melhores condições para realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, de modo a maximizar a alocação do capital do Banco;
- Aquisição de até R\$2.000.000 (dois bilhões de reais), observados em qualquer caso os limites previstos na Instrução CVM 77;
- Manutenção, em tesouraria, das units BPAC11 adquiridas no âmbito do Programa;
- Definição de prazo de até 18 meses para as aquisições, cabendo à Diretoria deliberar sobre o melhor momento para fazer as aquisições; e
- Intermediação da BTG Pactual CTVM S.A. e condução das operações em conformidade com a regulamentação vigente.

O Banco manterá os reguladores e o mercado em geral informados acerca do Programa de Recompra.

Gestão de Pessoas

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco encerrou o exercício com 9.509 colaboradores, sendo 442 partners e associate partners e 9.067 funcionários.

As despesas relacionadas a salários e benefícios totalizaram R\$ 801,6 milhões no 4T25, em comparação a R\$ 792,3 milhões no 3T25, representando um aumento sequencial de 1,2%.

No acumulado do ano de 2025, os custos com pessoal somaram R\$ 3.109,3 milhões, representando um aumento de 22,3% em relação ao ano anterior. O crescimento refletiu o maior número de funcionários no período, impulsionado principalmente pela consolidação de aquisições estratégicas, pela internalização de pessoal terceirizado de TI e pelo ciclo anual de promoções e reajustes salariais.

As informações adicionais exigidas pela Lei nº 15.177/2025 serão divulgadas no Relatório da Administração, a ser disponibilizado aos acionistas na data da convocação da Assembleia Geral Ordinária, nos termos do art. 133 da Lei nº 6.404/76.

Investimentos em Coligadas e Controladas

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/1976, informamos que os principais investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão destacados na nota explicativa 13. As principais movimentações no ano passado foram:

- Julius Baer
- JGP
- HSBC Bank
- Incorporação de ações – Banco Pan
- My Safra

Relacionamento com os Auditores

Conforme a Resolução CMN nº 4.910/21, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. não presta serviços, além daqueles expressamente relacionados à função de auditoria externa, mantendo a independência necessária à execução dessa atividade.

Agradecemos aos clientes e parceiros pelo suporte e pela confiança e, em especial aos nossos funcionários, por todo o empenho na busca pela excelência.



Banco BTG Pactual S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco BTG Pactual S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco BTG Pactual S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Instituição e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 3(viii) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras

comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros complexos ou sem liquidez (Notas 4(b), 8 e 9))</p> <p>A mensuração do valor justo de instrumentos financeiros complexos ou sem liquidez é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos e que envolvem premissas da Administração para valorização de instrumentos e/ou dados observáveis.</p> <p>Mantivemos esta área como foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes e devido à relevância dos instrumentos financeiros no contexto das demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o nosso entendimento dos principais processos que envolvem a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros relacionados à: (i) registro e confirmação dos dados das operações; (ii) critérios para a mensuração do valor justo; e (iii) reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios analíticos para os saldos patrimoniais e de resultado.</p> <p>Efetuamos, também, (i) teste sobre a totalidade e integridade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes que servem de base para a mensuração do valor justo; e (ii) reperformance independente, em base amostral, dos cálculos de mensuração dos instrumentos financeiros com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros e de acordo com os requerimentos das normas do Banco Central do Brasil (BACEN).</p> <p>Consideramos que os critérios adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
------------------------	--

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3, 4(b-vii), 10(a), 10(b))

A partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN), em substituição à Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos requerimentos de classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

A determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando os requerimentos da Resolução nº 4.966 do CMN, envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração, que considera o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito desde o momento do reconhecimento inicial da operação, considerando os efeitos do passado, a situação presente e as expectativas futuras, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios. Esse processo envolve a utilização de várias premissas, que considera fatores internos e externos.

Dessa forma, a provisão para perdas associadas ao risco de crédito foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Em relação à implementação da Resolução nº 4966 do CMN, avaliamos os processos adotados pela Administração para a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, com foco na implementação dos novos modelos de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento sobre a apuração e reconhecimento das perdas esperadas de crédito, contemplando substancialmente os seguintes processos: (i) modelos e premissas adotados pela Administração para determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (ii) existência e mensuração das garantias na determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (iii) aprovação e registro de operações renegociadas; (iv) processamento e contabilização das perdas estimadas; (v) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; (vi) elaboração das notas explicativas.

Em base amostral, com o auxílio de nossos especialistas, testamos os modelos de perdas associadas ao risco de crédito, considerando os parâmetros e critérios desenvolvidos para as carteiras mais significativas, bem como realizamos testes sobre a integridade da base de dados utilizada para os cálculos.

Também realizamos testes sobre a classificação dos créditos nos estágios previstos pela Resolução nº 4.966 do CMN.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base na Resolução nº 4.966 do CMN, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
------------------------	--

Ativos fiscais diferidos em controlada consolidada (Nota 3-vii e 18)

O Banco Pan S.A. e suas controladas ("Banco"), controlado pela Instituição, apresenta ativos fiscais diferidos no total de R\$ 4,2 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda - Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses ativos fiscais diferidos. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Mantivemos esta como uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos ativos fiscais diferidos, bem como deixar de atender aos requisitos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil para registro e manutenção desses ativos nas demonstrações financeiras.

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram o entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionadas aos ativos fiscais diferidos incluindo os requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela Administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos ativos fiscais diferidos.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas de realização.

As premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes em relação ao registro, manutenção e realização do ativo fiscal diferido e estão alinhadas com as informações aprovadas pelos órgãos de governança.

Outros assuntos - Informações suplementares de 1º de janeiro de 2025

Conforme apresentado na Nota 3, foram incluídas informações suplementares de 1º de janeiro de 2025, não auditadas, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Banco BTG Pactual S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.



Banco BTG Pactual S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio de Oliveira Araújo
Contador CRC 1SP241313/O-3

Balanço patrimonial
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Banco	Consolidado
		31/12/2025	31/12/2025
Disponibilidades	6	2.482.711	5.577.129
Instrumentos financeiros			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7	119.474.555	90.736.599
Títulos e valores mobiliários	8	262.977.438	324.605.939
Instrumentos financeiros derivativos	9	47.234.240	46.534.509
Relações interfinanceiras		25.394.885	31.265.668
Operações de crédito	10a	82.922.688	199.955.598
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10a	(2.054.494)	(11.696.562)
Títulos com característica de concessão de crédito	10b	31.409.120	31.258.531
Provisão para títulos com característica de concessão de crédito	10b	(1.171.513)	(1.171.352)
Créditos por avais e fianças honrados		455.563	455.563
Operações de arrendamento		184.354	184.354
Demais ativos financeiros	11	21.902.318	42.989.595
Ativos fiscais diferidos	18	5.779.688	12.509.800
Outros ativos	12	3.688.223	15.648.978
Permanente			
Investimentos		84.557.466	11.158.488
Participação em controladas, coligadas e empresas com controle compartilhado	13	84.557.466	9.784.246
Propriedades para investimentos		-	1.374.242
Imobilizado de uso	14	197.321	770.965
Direito de uso		-	702.828
Intangível	14	316.027	4.481.709
Total do ativo		685.750.590	805.968.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Banco	Consolidado
		31/12/2025	31/12/2025
Instrumentos financeiros			
Depósitos	15a	594.559.662	613.700.377
Captações no mercado aberto	15b	178.109.915	176.167.030
Recursos de aceites e emissão de títulos	15c	205.376.282	201.795.177
Obrigações por empréstimos e repasses	15d	91.406.236	118.824.365
Instrumentos financeiros derivativos	9	41.282.151	44.922.895
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	15e	53.824.607	45.337.313
Provisão para garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e créditos a liberar		23.646.932	25.647.841
Relações interfinanceiras		913.539	1.005.756
Outras obrigações		3.674.595	5.705.277
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		15.309.921	101.773.788
Sociais e estatutárias	16	32.439	57.418
Fiscais e previdenciárias	16	4.107.898	5.929.382
Obrigações fiscais diferidas	18	580.257	4.712.036
Diversas	16	5.987	1.541.832
Provisão para passivos contingentes	17	10.583.340	89.533.120
Patrimônio líquido	19	2.236.786	7.878.741
Capital social		69.969.626	76.910.156
Reservas de capital		62.415.686	62.415.686
Outros resultados abrangentes		2.055.314	2.055.314
Reservas de lucros		2.235.054	434.771
Ações em tesouraria		4.007.302	5.807.585
Total do patrimônio líquido de acionistas controladores		(743.730)	(743.730)
Participação de não controladores		69.969.626	69.969.626
Total do passivo e do patrimônio líquido		685.750.590	805.968.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Banco		Consolidado
		31/12/2025		31/12/2025
		2º semestre	Exercício	
Receitas da intermediação financeira		35.099.350	62.731.779	99.496.024
Operações de crédito		8.327.518	13.467.829	39.892.178
Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		25.316.599	46.765.687	55.454.231
Resultado de aplicações compulsórias		1.455.233	2.498.263	4.149.615
Despesas da intermediação financeira		(29.116.265)	(51.603.379)	(70.933.870)
Operações de captação no mercado		(26.290.105)	(48.020.984)	(50.795.469)
Operações de empréstimos e repasses		(2.110.827)	(2.505.633)	(13.876.872)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10a	(334.348)	(379.197)	(5.582.152)
Provisão para perdas de títulos com características de concessão de crédito	10b	(308.474)	(581.490)	(581.329)
Provisão para garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e créditos a liberar		(72.511)	(116.075)	(98.048)
Resultado bruto da intermediação financeira		5.983.085	11.128.400	28.562.154
Outras receitas / (despesas) operacionais		3.033.984	6.339.214	(4.430.590)
Receitas de prestação de serviços	20	1.724.813	3.320.566	13.104.898
Despesas de pessoal	24	(845.868)	(1.516.768)	(3.906.881)
Outras despesas administrativas	22	(2.787.243)	(5.325.268)	(11.393.817)
Despesas tributárias	23	(493.128)	(1.038.696)	(6.105.234)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	13	6.544.339	12.179.049	1.206.751
Outros resultados operacionais	21	(1.108.929)	(1.279.669)	2.663.693
Provisão para passivos contingentes	17	(187.579)	(246.495)	(867.995)
Resultado operacional		8.829.490	17.221.119	23.263.569
Resultado não operacional		(317)	(1.010)	15.941
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		8.829.173	17.220.109	23.279.510
Imposto de renda e contribuição social	18	867.561	535.449	(2.775.311)
Provisão para imposto de renda		(500.785)	(521.775)	(3.780.080)
Provisão para contribuição social		(232.596)	(232.596)	(1.397.070)
Ativo fiscal diferido		1.600.942	1.289.820	2.401.839
Participações estatutárias no lucro		(968.830)	(1.808.508)	(3.743.894)
Participações de acionistas não controladores		-	-	(813.255)
Lucro líquido do semestre / exercício		8.727.904	15.947.050	15.947.050
Lucro líquido por ação - Básico	26	0,77	1,40	
Lucro líquido por ação - Diluído		0,77	1,40	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Banco 31/12/2025		Consolidado 31/12/2025
	2º semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido do semestre / exercício	8.727.904	15.947.050	15.947.050
Impactos da adoção inicial da Resolução CMN 4.966/2021	-	(23.051)	(23.051)
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(104.918)	(38.077)	(38.077)
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de controladas, coligadas e controlada em conjunto	454.279	500.548	500.548
Variação cambial sobre ativos e passivos de operações no exterior	95.749	(1.069.953)	(1.069.953)
Variação cambial sobre investimentos	(31.884)	(1.677.432)	(1.677.432)
Hedge de investimentos no exterior	(64.678)	2.740.249	2.740.249
Ajustes acumulados de conversão sobre ativos e passivos de operações no exterior	(453)	(82.511)	(82.511)
Ajustes acumulados de conversão	15.689	90.018	90.018
Ágio/deságio na aquisição de participação em controladas	369.590	293.204	293.204
Total do resultado abrangente	9.461.278	16.680.045	16.680.045

Os itens apresentados na demonstração do resultado abrangente podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre e exercício findo em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

Banco	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reserva de lucros					Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
				Reservas especiais de lucros	Legal	A realizar	Estatutária	Total				
Saldos em 31 de dezembro de 2024		15.760.364	652.515		3.152.072	1.980.484	35.052.983	40.185.539	1.502.059	(633.959)		57.466.518
Impacts da adoção inicial da Resolução CMN 4.966/2021		-	-	-	-	-	(964.186)	(964.186)	(23.051)	-	-	(987.237)
Aquisição de ações em tesouraria	4n	-	-	-	-	-	-	-	-	(109.771)	-	(109.771)
Aumento de capital		46.655.322	1.402.799		(3.152.072)	(1.980.484)	(41.278.546)	(46.411.102)	-	-	-	1.647.019
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(38.077)	-	-	(38.077)
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de controladas, coligadas e controlada em conjunto		-	-	-	-	-	-	-	500.548	-	-	500.548
Variação cambial sobre ativos e passivos de operações no exterior		-	-	-	-	-	-	-	(1.069.953)	-	-	(1.069.953)
Variação cambial sobre investimentos		-	-	-	-	-	-	-	(1.677.432)	-	-	(1.677.432)
Hedge de investimentos no exterior		-	-	-	-	-	-	-	2.740.249	-	-	2.740.249
Ajustes acumulados da conversão sobre ativos e passivos de operações no exterior		-	-	-	-	-	-	-	(82.511)	-	-	(82.511)
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	-	-	90.018	-	-	90.018
Ágio/deságio na aquisição de participação em controladas		-	-	-	-	-	-	-	293.204	-	-	293.204
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.947.050	15.947.050
Destinação do lucro líquido												
Reserva de lucros		-	-	-	436.395	-	10.760.656	11.197.051	-	-	(11.197.051)	-
Juros sobre capital próprio intermediários		-	-	-	-	-	-	-	-	(4.749.999)	(4.749.999)	(4.749.999)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		62.415.686	2.055.314		436.395		3.570.907	4.007.302	2.235.054	(743.730)		69.969.626
Saldos em 30 de junho de 2025		15.760.364	652.515	345.000	3.152.072	1.980.484	40.962.943	46.440.499	1.501.680	(651.736)		63.703.322
Aquisição de ações em tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(91.994)	-	(91.994)
Aumento de capital		46.655.322	1.402.799		(3.152.072)	(1.980.484)	(41.278.546)	(46.411.102)	-	-	-	1.647.019
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(104.918)	-	-	(104.918)
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de controladas, coligadas e controlada em conjunto		-	-	-	-	-	-	-	454.279	-	-	454.279
Variação cambial sobre ativos e passivos de operações no exterior		-	-	-	-	-	-	-	95.749	-	-	95.749
Variação cambial sobre investimentos		-	-	-	-	-	-	-	(31.884)	-	-	(31.884)
Hedge de investimentos no exterior		-	-	-	-	-	-	-	(64.678)	-	-	(64.678)
Ajustes acumulados da conversão sobre ativos e passivos de operações no exterior		-	-	-	-	-	-	-	(453)	-	-	(453)
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	-	-	15.689	-	-	15.689
Ágio/deságio na aquisição de participação em controladas		-	-	-	-	-	-	-	369.590	-	-	369.590
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	-	-	8.727.904	8.727.904	8.727.904
Destinação do lucro líquido												
Reserva de lucros		-	-	-	436.395	-	3.541.510	3.977.905	-	-	(3.977.905)	-
Juros sobre capital próprio intermediários		-	-	(345.000)	-	-	345.000	-	-	(4.749.999)	(4.749.999)	(4.749.999)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		62.415.686	2.055.314		436.395		3.570.907	4.007.302	2.235.054	(743.730)		69.969.626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

Consolidado

							Reserva de lucros										
							Legal	A realizar	Estatutária	Total	Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total de acionistas controladores	Total de acionistas não-controladores	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2024		15.760.364	652.515	3.189.269	1.980.478	36.816.075	41.985.822	(298.224)	(633.959)	-	57.466.518	6.067.352	63.533.870				
Impacts da adoção inicial da Resolução CMN 4.966/2021														(987.237)	(226.367)	(1.213.604)	
Aumento de capital		46.655.322	1.402.799	(3.152.072)	(1.980.484)	(41.278.546)	(46.411.102)							1.647.019		1.647.019	
Aquisição de ações em tesouraria	4n	-	-	-	-	-	-	-	-	(109.771)	-	-		(109.771)		(109.771)	
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes										(38.077)				(38.077)		(38.077)	
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de controladas, coligadas e controlada em conjunto										500.548				500.548		500.548	
Variação cambial sobre ativos e passivos de operações no exterior										(1.069.953)				(1.069.953)		(1.069.953)	
Variação cambial sobre investimentos										(1.677.432)				(1.677.432)		(1.677.432)	
Hedge de investimentos no exterior										2.740.249				2.740.249		2.740.249	
Ajustes acumulados de conversão sobre ativos e passivos de operações no exterior										(82.511)				(82.511)		(82.511)	
Ajustes acumulados de conversão										90.018				90.018		90.018	
Ágio/deságio na aquisição de participação em controladas										293.204				293.204		293.204	
Lucro líquido da exercício													15.947.050	15.947.050	813.255	16.760.305	
Destinação do lucro líquido																	
Reserva de lucros					436.395		10.760.656	11.197.051			(11.197.051)						
Juros sobre capital próprio intermediários											(4.749.999)				(4.749.999)		(4.749.999)
Adição / (Redução) de não controladores															286.290	286.290	
Saldos em 31 de dezembro de 2025		62.415.686	2.055.314	473.592	(6)	5.333.999	5.807.585	434.771	(743.730)	-	69.969.626	6.940.530	76.910.156				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Demonstração dos fluxos de caixa

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Nota	Banco		Consolidado
		31/12/2025	2º semestre	Exercício
Atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre / exercício		8.727.904	15.947.050	15.947.050
Ajustes ao lucro líquido		(5.990.230)	(10.081.049)	7.269.929
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	13	(6.544.339)	(12.179.049)	(1.206.751)
Despesas de juros com dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital		1.353.374	2.509.145	2.664.950
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10a	334.348	379.197	5.582.152
Provisão para perdas com títulos com características de concessão de crédito	10b	308.474	581.490	581.329
Provisão para garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e créditos a liberar		72.511	116.075	98.048
Provisão / (reversão) para passivos contingentes	17	187.579	246.495	867.995
Variância cambial do permanente		-	-	17.814
Variância cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		(352.907)	(889.275)	(889.275)
Ativo fiscal diferido	18	(1.600.942)	(1.289.820)	(2.401.839)
Depreciações e amortizações	21 / 22	251.672	444.693	1.142.251
Resultado de participações de não controladores		-	-	813.255
Lucro líquido ajustado do semestre / exercício		2.737.674	5.866.001	23.216.979
Atividades operacionais				
Aplicações interfinanceiras de liquidez		(14.657.145)	(24.512.943)	(5.409.771)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(72.686.635)	(130.244.806)	(158.799.725)
Operações de créditos		(10.202.944)	(11.320.612)	(38.580.929)
Títulos com característica de concessão de crédito		(2.650.933)	(5.272.215)	(5.121.626)
Demais ativos financeiros		(5.155.120)	(1.829.832)	3.219.030
Outros ativos		1.539.472	4.422.595	(9.180.497)
Ativos fiscais diferidos		(433.010)	(128.571)	253.863
Relações interfinanceiras		(5.716.454)	(7.778.082)	3.209.403
Relações interdependências		-	(371.566)	(371.566)
Depósitos		37.983.179	45.414.898	26.276.970
Captações no mercado aberto		67.675.532	79.589.443	88.014.774
Obrigações por empréstimos e repasses		11.970.330	20.403.031	21.944.227
Outras obrigações		3.401.646	1.476.298	26.659.669
Caixa proveniente/ (utilizado) nas atividades operacionais		13.805.592	(24.286.362)	(24.669.200)
Atividades de investimento				
(Aquisição) / alienação de investimentos	13	(7.938.750)	(11.551.182)	(366.695)
(Aquisição) / alienação de imobilizado	14	(44.229)	(46.443)	(263.393)
(Aquisição) / alienação de intangível, incluindo ágios de combinação de negócios	14	(74.209)	(169.466)	(1.600.686)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	13	206.590	673.676	664.230
Caixa (utilizado) nas atividades de investimento		(7.850.598)	(11.093.415)	(1.566.544)
Atividades de financiamento				
Aquisição de ações em tesouraria	19b	(91.994)	(109.771)	(109.771)
Recursos de aceites e emissão de títulos	15c	11.058.599	15.202.201	11.650.943
Dívida subordinada e instrumentos de dívida elegíveis a capital	15e	825.155	2.860.826	4.103.578
Participação de não controladores no patrimônio		-	-	286.290
Juros sobre capital próprio pagos	19f	(2.300.000)	(4.019.818)	(4.019.818)
Passivo de arrendamento		(7.080)	(7.080)	(57.557)
Caixa proveniente nas atividades de financiamento		9.484.680	13.926.358	11.853.665
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		15.439.674	(21.453.419)	(14.382.079)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	27			
No início do semestre / exercício		62.455.915	98.812.639	102.525.847
Variância cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		352.906	889.275	889.275
No final do exercício / semestre		78.248.495	78.248.495	89.033.044
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		15.439.674	(21.453.419)	(14.382.078)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Demonstração do valor adicionado

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Nota	Banco		Consolidado 31/12/2025 Exercício
		2º semestre	31/12/2025 Exercício	
Receitas		36.993.893	66.051.335	112.616.863
Intermediação financeira		35.099.350	62.731.779	99.496.024
Prestação de serviços	20	1.724.813	3.320.566	13.104.898
Outras		169.730	(1.010)	15.941
Despesas		(30.409.515)	(52.956.238)	(69.138.172)
Intermediação financeira		(28.400.932)	(50.526.617)	(64.672.341)
Provisão para operações de crédito e outros créditos	10a	(334.348)	(379.197)	(5.582.152)
Provisão para perdas de títulos com características de concessão de crédito	10b	(308.474)	(581.490)	(581.329)
Provisão para garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e créditos a liberar		(72.511)	(116.075)	(98.048)
Outras		(1.293.250)	(1.352.859)	1.795.698
Insumos adquiridos de terceiros		(2.658.151)	(4.949.599)	(9.995.893)
Materiais, energia e outros		(3.689)	(7.025)	(18.141)
Serviços de terceiros		(2.654.462)	(4.942.574)	(9.977.752)
Valor adicionado bruto		3.926.227	8.145.498	33.482.798
Depreciação e amortização	21 / 22	(251.672)	(444.693)	(1.142.251)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		3.674.555	7.700.805	32.340.547
Valor adicionado recebido em transferência		6.544.339	12.179.049	1.206.751
Resultado de participações em controladas, coligadas e controle compartilhado	13	6.544.339	12.179.049	1.206.751
Valor adicionado a distribuir		10.218.894	19.879.854	33.547.298
Distribuição do valor adicionado		10.218.894	19.879.853	33.547.298
Pessoal		1.708.723	3.115.023	7.222.166
Proventos		1.426.474	2.707.499	6.412.252
Benefícios		231.261	338.297	639.038
FGTS		50.988	69.227	170.876
Impostos, taxas e contribuições		(268.457)	713.500	9.309.154
Federais		(390.182)	485.782	8.440.275
Estaduais		43.673	74.587	406.511
Municipais		78.052	153.131	462.368
Remuneração de capitais de terceiros		50.725	104.281	255.673
Aluguéis		50.725	104.281	255.673
Remuneração de capitais próprios		8.727.904	15.947.050	16.760.305
Juros sobre o capital próprio		4.749.999	4.749.999	4.749.999
Lucros retidos		3.977.905	11.197.051	11.197.051
Participações de não controladores		-	-	813.255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Banco BTG Pactual S.A. (“Banco” ou “BTG Pactual”), constituído sob a forma de banco múltiplo, atua em conjunto com suas controladas (“Grupo BTG Pactual”), oferecendo produtos e serviços financeiros relativos às carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento, arrendamento mercantil, seguros, câmbio, entre outros, no país e em várias localidades no exterior. O Banco tem a sua sede localizada na Praia de Botafogo, 501 – 5º andar – Torre Corcovado, na cidade e estado do Rio de Janeiro. Possui como principal local de seus negócios o escritório situado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 – 14º andar (parte), na cidade e estado de São Paulo.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integradamente no mercado financeiro e algumas operações têm a intermediação de outras sociedades integrantes do Grupo BTG Pactual. O Banco tem como controladora a BTG Pactual Holding Financeira Ltda. (“Holding Financeira”), que é controlada pela BTG Pactual G7 Holding S.A. por meio da BTG Pactual Holding S.A. (“Holding”).

O BTG Pactual possui units listadas na B3 S.A. em São Paulo. Cada unit corresponde a 1 ação ordinária e a 2 ações preferenciais classe A.

2. Reorganizações societárias e aquisições

Principais aquisições e vendas

Julius Baer Brasil

Em 06 de janeiro de 2025, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que assinou os documentos definitivos referentes à aquisição de 100% (cem por cento) do capital social da Julius Baer Brasil Gestão de Patrimônio e Consultoria de Valores Mobiliários Ltda., pelo valor de R\$ 615 milhões. A aquisição da Julius Baer Brasil faz parte da estratégia de expansão do segmento de Family Office do BTG Pactual. Em 28 de março de 2025, houve a conclusão da transação após a superação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias.

JGP Gestão Patrimonial

Em 14 de abril de 2025, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que assinou os documentos definitivos referentes à aquisição de 100% (cem por cento) do capital social da JGP Gestão Patrimonial Ltda. Em 07 de julho de 2025, houve a conclusão da transação após a superação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias.

HSBC Bank (Uruguay) S.A.

Em 28 de julho de 2025, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que assinou os documentos definitivos referentes à aquisição de 100% (cem por cento) do capital social do HSBC Bank (Uruguay) S.A. (“HSBC Uruguai”), pelo valor de US\$ 175 milhões, sujeito a ajustes para refletir a variação do patrimônio líquido até a data de fechamento. A conclusão da transação está sujeita à verificação de determinadas condições precedentes, incluindo a obtenção da aprovação do Banco Central do Brasil e demais aprovações regulatórias necessárias.

Incorporação de ações – Banco Pan

Em 13 de outubro de 2025, o BTG Pactual comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que decidiu propor, de forma vinculante, a incorporação das ações do Banco Pan S.A. pelo Banco Sistema S.A. (“Operação”).

Após a avaliação e aprovação dos termos da Operação pelas administrações das companhias envolvidas, foram convocadas assembleias gerais das companhias para deliberar, dentre outras matérias, sobre: (a) a aprovação do Protocolo e Justificação; (b) a aprovação da Operação; (c) a ratificação da nomeação da empresa avaliadora responsável pela elaboração dos laudos de avaliação aplicáveis; (d) a aprovação do(s) laudo(s) de avaliação; e (e) a autorização aos administradores das companhias para a prática de todos os atos necessários à consumação da Operação (“Assembleias”).

Em 18 de novembro de 2025, o Banco Pan e o Banco BTG comunicaram aos acionistas e ao mercado em geral que aprovaram o Protocolo e Justificação e a convocação das respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias, a serem realizadas em 09 de dezembro de 2025, para deliberar sobre a incorporação de ações.

Em 09 de dezembro de 2025, o Banco Pan e o Banco BTG comunicaram ao mercado a aprovação em assembleia geral extraordinária da incorporação de ações, nos termos da Operação.

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Em 15 de dezembro de 2025, o Banco Central do Brasil homologou a Operação e seus efeitos, incluindo a aprovação dos aumentos de capital do Banco Sistema e do BTG Pactual decorrentes da incorporação de ações, bem como as respectivas alterações estatutárias (veja nota 19).

Dessa forma, todas as aprovações substanciais e relevantes ocorreram até a indicada data de modo que, para fins contábeis, os efeitos de conclusão da operação estão sensibilizados nessas demonstrações financeiras.

Em 15 e 22 de dezembro de 2025, as Administrações comunicaram o "Ajuste da Relação de Troca" em razão das distribuições de proventos na forma de juros sobre o capital próprio pelo BTG Pactual.

Em 12 de janeiro de 2026, foram comunicados os passos operacionais para a liquidação da operação, finalizada em 23 de janeiro de 2026, data em que as ações de emissão do Banco PAN deixaram de ser negociadas após o encerramento do pregão.

MY Safra

Em 27 de junho de 2024, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que, por meio de uma de suas controladas, firmou os documentos definitivos referentes à aquisição de 100% (cem por cento) do capital social do M.Y. Safra Bank, FSB, instituição financeira sediada nos Estados Unidos.

Em 11 de dezembro de 2025, foram obtidas todas as aprovações regulatórias necessárias para a conclusão da transação, tendo o fechamento da operação ocorrido no término do exercício social de 2025.

Imediatamente após o fechamento da operação, a instituição foi convertida em banco nacional dos Estados Unidos e passou a denominar-se "BTG Pactual Bank, National Association" ("BTG Pactual Bank, N.A.").

Ofertas

Letras Financeiras Subordinadas

Durante o exercício de 2025, o Banco emitiu Letras Financeiras Subordinadas ("Letras Subordinadas") no montante nominal agregado de R\$ 3.922.100 em instrumentos perpétuos classificados como Capital Nível I, e R\$173.200 com vencimento em 2035, classificados como Capital Nível II. As Letras Subordinadas são remuneradas a taxas flutuantes que variam de CDI + 0,80% a CDI + 1,40% ao ano.

Debêntures (BTG Pactual Commodities Sertrading)

Em 15 de setembro de 2025, o BTG Pactual Commodities Sertrading emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária no montante total de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais) dividida em quatro séries com juros semestrais. As debêntures das 1^a e 2^a séries terão vencimento em 10 anos e das 3^a e 4^a séries terão vencimento em 15 anos. Em todas as séries o principal será amortizado integralmente na data de vencimento.

Aprovação do programa de recompra de ações

Em 12 de novembro de 2024, o BTG Pactual comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração do Banco, em reunião ocorrida em 11 de novembro de 2024, aprovou programa de recompra de ações, sob as seguintes condições ("Programa de Recompra"):

- Recompra com o objetivo de propiciar melhores condições para realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, de modo a maximizar a alocação do capital do Banco;
- Aquisição de até R\$2.000.000 (dois bilhões de reais), observados em qualquer caso os limites previstos na Instrução CVM 77;
- Manutenção, em tesouraria, das units BPAC11 adquiridas no âmbito do Programa;
- Definição de prazo de até 18 meses para as aquisições, cabendo à Diretoria deliberar sobre o melhor momento para fazer as aquisições; e
- Intermediação da BTG Pactual CTVM S.A. e condução das operações em conformidade com a regulamentação vigente.

O Banco manterá os reguladores e o mercado em geral informados acerca do Programa de Recompra.

3. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco BTG Pactual S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), que devem seguir as normas e as instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen, e, quando não conflitantes, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da legislação societária brasileira. Também são aplicados nas demonstrações financeiras os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que tenham sido recepcionados pelo CMN ou pelo Bacen.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco compreendem as demonstrações financeiras individuais do Banco, de sua agência no exterior e das empresas e de fundos de investimentos controlados, direta ou indiretamente, no país e no exterior.

A elaboração de demonstrações financeiras requer que a Administração aplique julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e os passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura, ao imposto de renda diferido ativo e passivo, à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à provisão para tributos e contribuições com exigibilidade suspensa, ao reconhecimento de ativos contingentes e à provisão para passivos contingentes e à mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco e as suas controladas revisam essas estimativas e premissas periodicamente.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, estabelecem os critérios gerais e os procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020, as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, sendo a segregação entre circulante e não circulante apresentada em nota explicativa.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado – DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

As demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) conforme prevê a resolução CMN nº 4.818, de 2020, serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico <https://ri.btgpactual.com>.

Demonstrações financeiras consolidadas

No processo de consolidação das demonstrações financeiras foram eliminadas as participações, os saldos das contas de ativo e de passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas integrantes do Grupo BTG Pactual, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores.

A seguir, estão apresentadas as principais entidades consolidadas, cuja somatória, considerando os montantes referentes ao Banco BTG Pactual S.A., representa mais de 95% do total do ativo consolidado, bem como a participação do Banco em seus capitais:

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



		País	Participação no capital total - %
			31/12/2025
Agência no exterior			
BTG Pactual Cayman Branch		Cayman	100,00%
Controladas diretas			
BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		Brasil	99,99%
Banco Sistema S.A.		Brasil	100,00%
Banco BESA S.A.		Brasil	100,00%
BTG Pactual Holding Participações S.A.		Brasil	100,00%
Banco Nacional S.A.		Brasil	96,92%
Enforce Gestão de Ativos S.A.		Brasil	100,00%
BTG Pactual Internacional Holding Ltd.		Reino Unido	100,00%
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A DTVM		Brasil	99,99%
Controladas indiretas			
Banco Pan S.A.		Brasil	100,00%
BTG Pactual Resseguradora S.A.		Brasil	100,00%
BTG Pactual Vida e Previdência S.A.		Brasil	100,00%
Banco BTG Pactual Chile S.A.		Chile	100,00%
BTG Pactual Oil & Gas S.A.R.L.		Luxemburgo	80,00%
BTG Pactual COMM, (CH) SA		Suíça	100,00%
Banco BTG Colômbia S.A.		Colômbia	99,97%
BTG Pactual Europe S.A.		Luxemburgo	100,00%
BTG Pactual Commodities Sertrading S.A		Brasil	100,00%
BTG Pactual Comercializadora De Energia SASESP		Colômbia	100,00%
BTG Pactual US Fund Aggregator		Estados Unidos	100,00%
BTG Pactual Chile C.B. SA		Chile	100,00%
BTG Pactual Casa da Bolsa		México	100,00%
Pan Financeira		Brasil	100,00%
BTG Comisionista de Bolsa		Colômbia	99,96%
BTG Pactual Bank, N.A.		Estados Unidos	100,00%
BTG Pactual Argentina S.A		Argentina	100,00%
Fundos de investimento			
BTG Pactual Absolute Return Master Fund		Cayman	98,35%
FIDC FGTS		Brasil	100,00%
Fundo de Investimento Multimercado CP LS Investimento no Exterior		Brasil	100,00%
FIDC NP Alternative Assets I		Brasil	100,00%
Warehouse FIP		Brasil	100,00%
BTGP Consignados II FIDC		Brasil	100,00%
BTGP Consignados FIDC		Brasil	100,00%
FIDC NP Alternative Assets III		Brasil	100,00%
BTG Pactual International Port Fund SPC		Cayman	100,00%
BTG Pactual Boreas Fund LP - Serie A		Cayman	100,00%
BTG Pactual Notus Credit Fund, L.P.		Reino Unido	100,00%
MT Consignado Privado I FIDC		Brasil	100,00%
BTG Pactual Strategic Capital		Estados Unidos	54,52%

Moeda funcional e Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco, em razão de ser essa a moeda do principal ambiente econômico no qual o Banco atua.

Resolução CMN nº 4.966/2021

A Resolução CMN nº 4.966/21 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025, estabelecendo os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros.

Nesse contexto, os impactos decorrentes da adoção desta Resolução, bem como das normas correlatas, referem-se à classificação dos instrumentos financeiros com base nos modelos de negócios da administração, à apuração e constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, além da forma de evidenciação nas demonstrações financeiras.

i) A tabela de transição a seguir concilia os saldos contábeis divulgados anteriormente em 31 de dezembro de 2024 com os saldos pro forma, apresentados como informações suplementares. Destaca os principais efeitos das reclassificações e remensurações realizadas no contexto da adoção das novas práticas contábeis e serve de base para as variações do patrimônio líquido apresentadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Banco					Em milhões de reais
	Ativo	31/12/2024 Saldo anteriormente divulgado	Transferências	Remensurações	
					31/12/2024 Pro forma Informações Suplementares (não auditado)
Disponibilidades		1.166			1.166
Instrumentos financeiros		400.586	20.753	(327)	421.012
Aplicações interfinanceiras de liquidez		116.842	-	(2)	116.841
Títulos e valores mobiliários		154.297	(26.895)	(133)	127.269
Instrumentos financeiros derivativos		43.075	501	-	43.575
Relações interfinanceiras		16.155	-	-	16.155
Operações de crédito (i)		71.610	143	-	71.753
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(1.393)	(143)	(122)	(1.658)
Títulos com característica de concessão de crédito		-	26.895	(55)	26.840
Provisão para títulos com característica de concessão de crédito		-	(579)	(11)	(590)
Créditos por avais e fianças honrados		-	456	(5)	451
Demais ativos financeiros		-	20.375	-	20.375
Ativos fiscais diferidos		-	4.196	166	4.362
Outros ativos		-	5.233	-	5.233
Outros créditos		89.456	(89.456)	-	-
Outros valores e bens		3.112	(3.112)	-	-
Permanente		65.260	-	(763)	64.497
Total do ativo		559.581	(62.386)	(925)	496.270

(i) O saldo contempla ajustes a valor de mercado de operações que são objetos de hedge, no montante de R\$ (91) milhões.

Banco					Em milhões de reais
	Passivo	31/12/2024 Saldo anteriormente divulgado	Transferências	Remensurações	
					31/12/2024 Pro forma Informações Suplementares (não auditado)
Instrumentos financeiros		417.415	5.353	62	422.830
Depósitos		132.695	-	-	132.695
Captações no mercado aberto		125.787	-	-	125.787
Recursos de aceites e emissão de títulos		76.204	-	-	76.204
Relações interfinanceiras		-	2.585	-	2.585
Obrigações por empréstimos e repasses		20.886	-	-	20.886
Instrumentos financeiros derivativos		43.566	2.092	-	45.658
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital		18.277	-	-	18.277
Provisão para garantias financeiras prestadas		-	677	46	723
Provisão para compromissos de crédito e créditos a liberar		-	-	16	16
Provisão para passivos contingentes		-	1.475	-	1.475
Outras obrigações		79.963	(64.479)	-	15.485
Relações interfinanceiras		2.213	(2.213)	-	-
Relações interdependências		372	(372)	-	-
Provisões		2.152	(2.152)	-	-
Patrimônio líquido		57.467	-	(987)	56.479
Total do passivo e do patrimônio líquido		559.581	(62.386)	(925)	496.270

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Ativo	31/12/2024 Saldo anteriormente divulgado	Em milhões de reais		
		Transferências	Remensurações	31/12/2024 Pro forma Informações Suplementares (não auditado)
Disponibilidades	4.614	-	-	4.614
Instrumentos financeiros	505.489	36.020	(2.034)	539.475
Aplicações interfinanceiras de liquidez	99.782	-	(2)	99.781
Títulos e valores mobiliários	188.893	(26.895)	(174)	161.824
Instrumentos financeiros derivativos	26.111	1.000	-	27.111
Relações interfinanceiras	33.336	-	-	33.336
Operações de crédito (i)	162.506	250	-	162.756
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(5.139)	(250)	(1.788)	(7.177)
Títulos com característica de concessão de crédito	-	26.895	(55)	26.840
Provisão para títulos com característica de concessão de crédito	-	(579)	(11)	(590)
Créditos por avais e fianças honrados	-	458	(5)	453
Demais ativos financeiros	-	35.140	-	35.140
Ativos fiscais diferidos	-	9.395	968	10.362
Outros ativos	-	18.759	-	18.759
Outros créditos	119.201	(119.201)	-	-
Outros valores e bens	3.584	(3.584)	-	-
Permanente	13.953			13.953
Total do ativo	646.842	(58.611)	(1.067)	587.164

(i) O saldo contempla ajustes a valor de mercado de operações que são objetos de hedge, no montante de R\$ (1.919) milhões.

Passivo	31/12/2024 Saldo anteriormente divulgado	Em milhões de reais		
		Transferências	Remensurações	31/12/2024 Pro forma Informações Suplementares (não auditado)
Instrumentos financeiros	433.706	7.725	147	441.578
Depósitos	149.890	-	-	149.890
Captações no mercado aberto	113.780	-	-	113.780
Recursos de aceites e emissão de títulos	107.173	-	-	107.173
Relações interfinanceiras	-	4.938	-	4.938
Obrigações por empréstimos e repasses	23.036	-	-	23.036
Instrumentos financeiros derivativos	20.947	2.092	-	23.039
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	18.879	-	-	18.879
Provisão para garantias financeiras prestadas	-	694	46	741
Provisão para compromissos de crédito e créditos a liberar	-	-	101	101
Provisão para passivos contingentes	-	7.106	-	7.106
Outras obrigações	136.864	(60.704)	-	76.160
Relações interfinanceiras	4.566	(4.566)	-	-
Relações interdependências	372	(372)	-	-
Provisões	7.800	(7.800)	-	-
Patrimônio líquido	63.534	-	(1.213)	62.320
Total do patrimônio líquido de acionistas controladores	57.467	-	(987)	56.479
Participação de não controladores	6.067	-	(226)	5.841
Total do passivo e do patrimônio líquido	646.842	(58.611)	(1.067)	587.164

Impactos da adoção da norma

i. Perdas esperadas

Na data de transição para a Resolução CMN nº 4.966/21, o Banco reconheceu, em relação às perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros, uma redução no patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores de aproximadamente R\$ 952 milhões, já líquida dos efeitos tributários, sendo que desse total:

- R\$ 752 milhões referem-se ao reflexo, por equivalência patrimonial, dos impactos registrados pelo Banco Pan S.A., sua controlada indireta (conforme demonstrado na Nota 13 – Participações em controladas, coligadas e empresas com controle compartilhado);
- Em relação ao valor remanescente, parte relevante refere-se à aplicação dos modelos de perdas esperadas sobre operações originadas e cedidas pelo Banco Pan S.A. e ainda detidas pelo Grupo BTG Pactual.

Nos demais instrumentos financeiros do Grupo BTG Pactual S.A., a adoção dos novos critérios de provisionamento para perdas esperadas não resultou em impacto patrimonial relevante.

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



O aumento da provisão e o respectivo efeito tributário foram reconhecidos em contrapartida às reservas de lucros em 1º de janeiro de 2025, impactando diretamente o patrimônio líquido do Grupo.

No que se refere aos saldos de provisões das operações de crédito, a seguir são apresentadas as classificações das perdas esperadas de acordo com a regulamentação vigente até 31 de dezembro de 2024 (Resolução N° 2.682/99), em comparação com os saldos pro forma dessa mesma data, conforme os estágios previstos na Resolução CMN nº 4.966/21.

		Em milhões de reais	
Ratings – Res. 2.682/99		Banco	Consolidado
AA	-	(25)	
A	(114)	(406)	
B	(88)	(194)	
C	(46)	(171)	
D	(90)	(249)	
E	(29)	(289)	
F	(31)	(349)	
G	(352)	(738)	
H	(642)	(2.718)	
31/12/2024 – Provisão anteriormente divulgada	(1,393)	(5,139)	
Transferências / Remensurações na transição	(265)	(2,037)	
31/12/2024 – Provisão Pro forma	(1,658)	(7,177)	
Estágios – Res. CMN N° 4.966/21		Banco	Consolidado
Estágio 1	(356)	(2,207)	
Estágio 2	(35)	(796)	
Estágio 3	(1,267)	(4,173)	
31/12/2024 – Provisão Pro forma	(1,658)	(7,177)	

ii. Classificação e mensuração

Ao comparar as classificações e mensurações dos Títulos e Valores Mobiliários conforme o padrão contábil vigente até 31 de dezembro de 2024 (Circular N° 3068/01) com as novas diretrizes introduzidas pela Resolução CMN nº 4.966/21 — baseadas em modelos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração —, o Banco não apurou impactos relevantes em seu patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir:

		Em milhões de reais	
31/12/2024 – Classificação – Circ. 3.068/01		Banco	Consolidado
Títulos e Valores Mobiliários	154.297	188.893	
Mantidos para negociação	120.792	139.274	
Disponíveis para venda (i)	28.273	38.250	
Mantidos até o vencimento	5.232	11.369	
31/12/2024 – Pro forma – Classificação Res. CMN nº 4.966/21		Em milhões de reais	
Títulos e Valores Mobiliários		Banco	Consolidado
Valor justo por meio do resultado	114.759	141.375	
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	777	2.662	
Custo amortizado	11.866	17.961	
(-) Reversão de marcação a mercado (i)	(9)	(9)	
(-) Impacto de perdas esperadas	(124)	(165)	
Títulos com características de concessão de crédito	26.840	26.840	
Custo amortizado	26.895	26.895	
(-) Reversão de marcação a mercado (i)	(55)	(55)	

(i) A transferência de determinados ativos anteriormente classificados como “Disponíveis para venda” para “Custo amortizado” resultou em um impacto negativo de aproximadamente R\$ 64 milhões, decorrente de reversão de marcação a mercado, sendo R\$ 35 milhões o efeito líquido dos tributos no patrimônio líquido.

Adicionalmente, a transferência de títulos de “Disponíveis para venda” para “Valor justo por meio do resultado” não resultou em impacto patrimonial, tendo os valores anteriormente registrados em “Outros Resultados Abrangentes” sido destinados à reserva de lucros, em cerca de R\$ 12 milhões, líquidos dos efeitos tributários.

iii. Operações de câmbio

O tratamento contábil e a divulgação das operações de câmbio passaram a seguir os mesmos critérios aplicáveis aos instrumentos financeiros derivativos, com mensuração a valor justo por meio do resultado. Além disso, a contabilização passou a ser feita com base na exposição líquida de cada contrato, diferentemente do padrão anterior, que previa a contabilização simultânea no ativo e passivo.

iv. Taxa de juros efetiva

A partir de 1º de janeiro de 2025, os instrumentos financeiros classificados como "Custo amortizado" ou "Valor justo por meio de outros resultados abrangentes" passaram a incorporar, se materiais, os custos de transação diretamente atribuíveis, bem como os valores recebidos na aquisição ou originação da operação. Esses montantes serão reconhecidos no resultado ao longo da vida do instrumento financeiro.

v. Cessação do reconhecimento de juros (stop accrual)

A Resolução CMN nº 2.682/99 previa o reconhecimento de receitas de operações de crédito com parcelas em atraso de até 59 dias. Com a Resolução CMN nº 4.966/21, as receitas são reconhecidas até que o instrumento financeiro seja caracterizado como ativo problemático, o que ocorre em caso de atraso superior a 90 dias ou na ocorrência de eventos de inadimplência (default).

vi. Baixa de ativos financeiros (write-off)

Em conformidade com a Resolução BCB nº 352/2023, a instituição baixa um ativo financeiro quando não é provável a recuperação do seu valor contábil, seja por meio dos fluxos de caixa contratuais, seja pela execução de garantias associadas. A baixa para prejuízo reflete a ausência de expectativa razoável de recebimento futuro e deve ser realizada de forma integral.

No Banco BTG, o write-off ocorrerá quando a provisão para perdas incorridas atingir 100% do valor contábil do ativo, conforme previsto na Resolução BCB nº 352/2023.

Caso o crédito venha a ser recuperado após a baixa, o valor recebido deve ser reconhecido em resultado no período do efetivo recebimento, em conta específica de recuperação de créditos baixados como prejuízo.

vii. Impostos

A Lei nº 14.467, de 17 de novembro de 2022 (resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.128/22), estabeleceu um novo tratamento tributário para as perdas associadas ao não recebimento de créditos por instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. A mudança objetiva alinhar os tratamentos contábil e fiscal, mitigando riscos relacionados à realização de ativos fiscais diferidos.

As perdas incorridas apuradas até 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas ou recuperadas até essa data, deverão ser excluídas do lucro líquido para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) por mês, a partir de janeiro de 2026, podendo esse prazo se estender até 1/120 (um cento e vinte avos), conforme o caso.

As projeções fiscais utilizadas para a avaliação da realização dos ativos fiscais diferidos já consideram tanto os efeitos da Resolução CMN nº 4.966/21 quanto os critérios previstos na Lei nº 14.467.

viii. Cifras comparativas

Em conformidade com o disposto no art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021, as instituições financeiras estão dispensadas da apresentação de informações comparativas nas demonstrações financeiras de 2025 com relação a exercícios anteriores.

Assim, os quadros e notas explicativas elaborados com base nas normas contábeis anteriores a 31 de dezembro de 2024 não estão sendo reproduzidos neste conjunto de demonstrações financeiras.

ix. Contabilidade de hedge (critérios emitidos pelo BACEN aplicáveis em períodos futuros)

Conforme a Resolução CMN nº 5.100/23, a vigência do Capítulo V da Resolução CMN nº 4.966/21, que trata da contabilidade de hedge, foi postergada para 1º de janeiro de 2027.

A norma aprimora os conceitos aplicáveis à contabilidade de hedge, inclusive com mudanças no teste de efetividade, que passa a ser prospectivo e alinhado à Estratégia de Gerenciamento de Riscos da instituição.

Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 6 de fevereiro de 2026 e contemplam uma visão verdadeira e apropriada da posição e da evolução financeira, patrimonial, de resultados e dos fluxos de caixa do Banco. A Administração não tem conhecimento de qualquer incerteza material que possa gerar dúvidas sobre a capacidade do Banco de continuar operando normalmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base nesses princípios, premissas e normas.

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis mais relevantes adotadas pelo Banco nestas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, estão incluídos, dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, que está sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, com prazo de vencimento, normalmente de três meses a contar da data de aquisição.

b. Instrumentos financeiros

“Instrumento financeiro” é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro em uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

“Instrumentos de patrimônio” é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

“Derivativo” é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros com base na combinação entre (i) o modelo de negócios adotado para a gestão das carteiras e (ii) as características dos fluxos de caixa contratuais de cada instrumento financeiro.

- **Modelo de negócios:** considera a forma como os ativos são efetivamente geridos para atingir objetivos comerciais, seja priorizando o recebimento dos fluxos contratuais, a venda, ou a combinação de ambos. A análise é realizada em nível de carteira e não reflete intenções individuais da administração em relação a cada instrumento.
- **Características dos fluxos de caixa contratuais (SPPI):** avalia, de forma individual, se os fluxos previstos representam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o principal em datas específicas.

Com base nesses critérios, os ativos financeiros são enquadrados em uma das seguintes categorias para mensuração subsequente:

- **Custo amortizado (CA):** ativos financeiros geridos com o objetivo de receber exclusivamente os fluxos contratuais e que atendem ao critério de SPPI.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** ativos financeiros cujo modelo de negócios combina recebimento de fluxos contratuais e venda, desde que atendam ao critério de SPPI.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** ativos financeiros geridos prioritariamente para venda ou que não atendam aos critérios para enquadramento em CA ou VJORA, sendo classificados nesta categoria de forma residual.

A classificação é determinada no reconhecimento inicial e revisada apenas quando há alteração no modelo de negócios aplicável à gestão da carteira.

(i) Aplicações interfinanceiras de liquidez, depósitos no Bacen com remuneração, depósitos remunerados, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e repasses, dívidas subordinadas e demais operações ativas e passivas

As operações com cláusula de atualização monetária/cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculados "pro-rata die" com base na taxa efetiva de juros das operações.

(ii) Determinação do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro;
- Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são fundamentados em dados observáveis em mercados ativos; e
- Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas em que ao menos um insumo, que pudesse ter um efeito significante no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando inputs podem ser observados, a partir de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, são utilizados. Caso contrário, o Banco determina um nível adequado para o input. Os instrumentos financeiros classificados nesse nível incluem, basicamente, participações em fundos de private equity, ações não listadas em bolsa oriundas das nossas atividades de Merchant Banking, alguns títulos de dívida de empresas fechadas e derivativos de energia, para os quais a precificação depende de inputs não observáveis. Nenhum ganho ou perda é considerado no reconhecimento inicial de um instrumento financeiro precificado com técnicas que incorporam dados não observáveis.

Premissas de avaliação do Nível 3

Ativo	Técnica de precificação	Principais premissas
Fundos de private equity (investimentos sem cotação) e Ações não listadas	Preço de investimentos recentes; modelos baseados em fluxo de caixa descontado ou ganhos, múltiplos de transações de mercado (M&A).	Crescimento de receita e mercado, expectativa de alavancagem e rentabilidade, taxas de desconto, pressupostos macroeconômicos tal como inflação e taxas de câmbio, riscos e prêmios incluindo mercado, tamanho e prêmio de risco do país.
Títulos de dívida	Modelos padrões e comparação de preços.	Probabilidade de <i>default</i> , grandes perdas e queda de rendimento, pré-pagamento e taxa de recuperação.
Derivativos de energia	Modelos baseados em sistema de dados (Decomp e Newwave).	Inflação, nível de reservas de água e previsão de chuvas.

Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo.

O Banco avalia os níveis em cada período de divulgação numa base de instrumento por instrumento e reclassifica os instrumentos quando necessário com base nos fatos no final do período.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados conforme segue:

- **Swaps:** seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base em preços observados em negociações na B3 S.A., de títulos públicos brasileiros negociados no mercado secundário ou de derivativos e de títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de *swaps* de moeda, de swaps de taxas de juros e de swaps com base em outros fatores de risco (*commodities*, índices de bolsas etc.).
- **Futuros e Termos:** valor justo apurado com base em cotações em bolsas ou utilizando critérios idênticos aos acima descritos para *swaps*.

- Opções: os valores justos desses instrumentos são apurados com base em modelos matemáticos (como *Black & Scholes*), que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (normalmente, preços de brokers e corretoras, Bloomberg, Reuters).
- Derivativos de crédito: os valores justos de tais instrumentos são apurados com base em modelos matemáticos consagrados no mercado, que são alimentados com dados de *spread* de crédito do emissor e curva de rentabilidade da taxa de juros. Tais dados são obtidos de diferentes fontes (normalmente, preços de mercado, Bloomberg, Reuters).
- Títulos e valores mobiliários e venda a descoberto: os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nos preços divulgados pela Anbima. Os valores justos dos títulos das dívidas de empresas são calculados com base nos preços do mercado secundário, no preço de ativos semelhantes e na visibilidade de mercado que as áreas comerciais do Banco dispõem. As ações são calculadas com base nos preços divulgados pela B3 S.A. As cotas de fundos são valorizadas considerando os preços das cotas divulgadas pelos administradores.

Ativos financeiros avaliados a valor justo no resultado: estimamos os valores justos dos instrumentos financeiros efetuando o desconto dos fluxos de caixa a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco de forma consistente com os períodos anteriores.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não.

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e dos passivos financeiros e que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são considerados como instrumentos de proteção (hedge) e são classificados, conforme Circular nº 3.082/02, de acordo com sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nessa categoria, bem como os seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de hedge, são mensurados a valor justo e têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados no resultado;
- *Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos classificados nessa categoria são mensurados a valor justo, sendo a parcela efetiva das valorizações ou das desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo hedge é reconhecida diretamente no resultado; e
- *Hedge* de Investimento Líquido em Operações no Exterior: é contabilizado de forma similar ao hedge de fluxo de caixa, ou seja, a parcela do ganho ou perda sobre o instrumento de hedge que for determinada como hedge efetivo é reconhecida no patrimônio líquido, reclassificado para o resultado do período em caso de alienação da operação no exterior. A parcela não efetiva é reconhecida no resultado do período.

(iv) Valor justo dos títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e demais direitos e obrigações

O valor justo dos títulos e valores mobiliários, dos instrumentos financeiros derivativos e dos demais direitos e obrigações, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado, modelos de avaliação de preços, ou ainda com base no preço determinado para outros instrumentos financeiros com características semelhantes. Assim, quando da liquidação financeira dessas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro são registrados como receita ou como despesa efetiva quando auferidas ou incorridas. Os prêmios pagos ou recebidos na realização de operações no mercado de opções de ações, outros ativos financeiros e mercadorias são registrados nas respectivas contas patrimoniais pelos valores pagos ou recebidos, ajustados a preços de mercado em contrapartida do resultado.

As operações realizadas no mercado a termo de ativos financeiros e mercadorias são registradas pelo valor final contratado, deduzido de diferença entre esse valor e o preço do bem ou do direito ajustado a preços de mercado, na adequada conta de ativo ou de passivo. As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o prazo de fluência dos contratos.

Os ativos e os passivos decorrentes das operações de swap e de termo de moedas – dos contratos a termo sem entrega física (NDF) – são registrados em contas patrimoniais pelo valor contábil, ajustado ao valor de mercado, em contrapartida do resultado.

O valor nocional dos contratos é registrado em contas de compensação.

(v) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensar, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, de acordo com a Resolução CMN nº 3.263/2005.

(vi) Operações de crédito e outras operações com característica de concessão de crédito

São aplicadas as disposições constantes da Resolução CMN nº 4.966/2021 e regras complementares. As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, são registradas a valor presente, calculado “pro rata die” com base na taxa de juros efetiva, até o momento em que o instrumento se caracterizar como ativo problemático. Um ativo é designado como problemático quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou dos encargos, ou quando ocorrer algum evento de inadimplência (*default*).

(vii) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Resolução CMN nº 4.966/2021 determina a adoção de modelo de perdas esperadas, no qual o Banco deve reconhecer as perdas esperadas associadas ao risco de crédito desde o momento do reconhecimento inicial da operação, considerando os efeitos do passado, a situação presente e as expectativas futuras (“*forward looking*”). Os modelos de perdas esperadas serão aplicáveis a ativos financeiros, garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito a liberar. O Banco alocou os instrumentos financeiros em três estágios:

(i) Estágio 1:

Apuração da perda de crédito esperada considerando os eventos de inadimplência possíveis para o horizonte de 12 meses em cenário de operações em dia ou com pouco atraso (menos de 30 dias).

(ii) Estágio 2:

Apuração da perda de crédito esperada considerando os eventos de inadimplência possíveis ao longo da vida do instrumento financeiro em cenário com aumento significativo do risco de crédito.

(iii) Estágio 3:

Apuração da perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação de crédito, cenário em que eventos de inadimplência foram materializados (incluindo, mas não se limitando, a atrasos superiores a 90 dias, recuperações judiciais ou extrajudiciais etc.). Para os instrumentos alocados nesse estágio, o Banco aplicará os níveis de provisão mínimos estabelecidos para perdas incorridas associadas ao risco de crédito nos ativos financeiros inadimplidos, conforme determinado pelo Anexo I da Resolução BCB nº 352/2023 ou seu modelo interno, aplicando aquele que resultar em um nível de provisão maior.

As rendas das operações de crédito vencidas após 90 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no estágio 3, que posteriormente, deixarem de ser caracterizadas como ativo com problema de recuperação de crédito, podem ser realocadas para o estágio 1 ou 2.

Para as operações renegociadas que não se caracterizam como reestruturação, a instituição deve reavaliar o instrumento para que passe a representar o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas. No caso de operações reestruturadas, o valor contábil bruto deve ser acrescido dos custos de transação e deduzidos eventuais valores recebidos na reestruturação do instrumento.

A provisão para perdas esperadas associadas às operações de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação do risco de crédito embutido nas operações.

(viii) Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios

Ativos financeiros permanecem no balanço da entidade que transferiu seus ativos quando ela retém os riscos e os benefícios relacionados a esse ativo. Nesse caso, um passivo financeiro é reconhecido.

Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/21, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:
 - a) em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e
 - b) em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.
- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:
 - a) nas operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/(despesas) são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e
 - b) nas operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.
- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:
 - a) em operações de venda de ativos, em que o vendedor ou cedente transfere controle do ativo financeiro objeto da negociação, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência deve ser baixado e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada, sendo reconhecidos separadamente como ativo ou passivo quaisquer novos direitos ou obrigações advindos da venda ou da transferência.
 - b) em operações de venda de ativos, em que o vendedor ou cedente retém o controle do ativo financeiro objeto da negociação, o ativo permanece registrado na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, se reconhece o passivo referente à obrigação assumida, resultado positivo ou negativo apurado na negociação, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

(ix) Depósitos e demais passivos financeiros:

São as captações no mercado aberto, empréstimos e repasses, recursos de aceite e emissão de títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras. Demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata die”.

A mensuração desses instrumentos financeiros segue, em regra, o critério de custo amortizado, refletindo a expectativa de fluxo de caixa contratual ao longo do tempo.

Contudo, determinadas operações exigem tratamento contábil distinto. Instrumentos financeiros como derivativos passivos, operações envolvendo empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, e passivos resultantes da transferência de ativos devem ser mensurados ao valor justo com reconhecimento no resultado.

Uma vez definidos os critérios de mensuração, não é permitida a reclassificação desses passivos entre categorias contábeis.

Da mesma forma, compromissos de crédito, créditos a liberar e garantias financeiras prestadas seguem critérios específicos de reconhecimento e mensuração, levando em consideração tanto a expectativa de perdas esperadas quanto o valor justo no momento inicial.

c. Propriedades para investimento

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.967/2018, as propriedades para investimento mantidas pelas subsidiárias do Banco, das quais a principal atividade é o setor imobiliário, são inicialmente mensuradas pelo custo delas, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas a valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Os ajustes a valor justo são apurados considerando o valor justo da propriedade menos os custos a elas atribuídos e são reconhecidos no resultado.

O valor justo das propriedades para investimento é determinado no mínimo anualmente ou quando a Administração julgar necessário e pode ser realizado por avaliadores independentes devidamente capacitados, a depender da situação de cada uma das propriedades.

Propriedades para investimento são baixadas quando forem vendidas ou quando deixarem de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro na sua venda.

d. Investimentos

As participações em controladas, em controladas em conjunto e em coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. A Resolução CMN nº 4.817/2020, que define critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, passou a vigorar a partir de janeiro de 2022, não havendo impactos materiais decorrentes das alterações por ela introduzidas, considerando a sua aplicação prospectiva.

e. Conversão de Moedas Estrangeiras

A Resolução CMN nº 4.924/2021, com vigência a partir de janeiro de 2022, facultou a utilização de uma taxa alternativa à de câmbio à vista para conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional. O Banco manteve seu processo de conversão com base na PTAX, que é a taxa de fechamento apurada pelo Banco Central do Brasil. Os ativos e os passivos de subsidiárias e de agências no exterior são convertidos pela PTAX da data do balanço. As receitas e as despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal. Os resultados de equivalência patrimonial de subsidiárias no exterior são reconhecidos da seguinte forma: para aquelas com moeda funcional igual ao real, no resultado do período e, para aquelas com moeda funcional diferente do real: a) resultado do período - parcela referente ao resultado efetivo da subsidiária; e b) Patrimônio Líquido - parcela relativa aos ajustes de variação cambial decorrentes do processo de conversão, líquida dos efeitos tributários.

f. Ágio ou deságio

De acordo com a Resolução CMN nº 4.817/2020, o ágio ou deságio é definido como a diferença entre o valor pago na aquisição de uma empresa e o valor justo dos ativos e dos passivos da entidade adquirida. O ágio resultante da aquisição de uma participação (em que não se detém anteriormente o controle) é contabilizado no ativo, enquanto o deságio é registrado como receita na demonstração do resultado. Já em aquisições adicionais de entidades já controladas, o ágio ou o deságio deve ser registrado no patrimônio líquido.

A amortização do ágio é um processo sistemático que deve ser realizado com base em projeções de rentabilidade futura na demonstração do resultado.

g. Imobilizado de uso

Registrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base no prazo de vida útil-econômica dos bens.

h. Intangíveis

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534/2016. Está composto por (i) ágio pago na aquisição de sociedades, transferido para o ativo intangível em razão da incorporação do patrimônio da adquirente pela adquirida ou pela consolidação do Banco, e (ii) intangíveis identificados em combinação de negócios entre partes independentes e por direitos na aquisição de contratos de gestão de ativos e (iii) softwares e benfeitorias. A amortização é calculada pelo método linear com base no período em que os direitos geram benefícios.

i. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

É reconhecida como perda no resultado do período sempre que existirem evidências claras de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Esse procedimento é realizado no mínimo no fim de cada exercício.

Os ativos sujeitos à avaliação da redução do valor recuperável são deduzidos, quando aplicável, de provisão para desvalorização, que é calculada de acordo com o maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda dos ativos. As principais estimativas utilizadas na determinação da provisão são: expectativa de fluxos de caixa futuros; taxas de descontos; e iliquidez, entre outras.

j. Imposto de Renda e Contribuição Social

As provisões para o imposto de renda para pessoas jurídicas (IRPJ) e para a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), quando devidos, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses valores for julgada provável. Para o IRPJ, a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240, e de 20% para a CSLL previstos, para bancos. Para as demais instituições financeiras a alíquota nominal da CSLL é de 15%, e para as instituições não financeiras é de 9%.

O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e dos passivos. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para a sua compensação.

Ademais, a análise realizada já reflete os impactos das alterações trazidas pelos normativos Lei 14.467/2022 e MP 1.261/2024, com vigência a partir 1º de janeiro de 2025.

k. Provisões e Ativos Contingentes

São reconhecidos no Balanço Patrimonial e/ou divulgados nas demonstrações financeiras de acordo com a estimativa de probabilidade para cada um dos itens indicados a seguir. Essas estimativas são realizadas pela administração, com a assessoria de especialistas jurídicos externos.

i. Provisões

Uma provisão é um passivo de prazo ou de valor incerto e somente deve ser reconhecida no Balanço Patrimonial quando:

- há uma obrigação presente (legal ou não formalizada);
- a administração entende que é provável a saída de recursos de caixa para pagar a obrigação; e
- o valor pode ser estimado com confiabilidade.

ii. Passivos contingentes

Um passivo contingente é:

- uma obrigação possível cuja existência possa ser confirmada apenas na ocorrência de eventos futuros incertos; ou
- uma obrigação presente referente a qual não é provável a saída de recursos para quitar a obrigação ou os valores não possam ser mensurados com confiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, mas, quando relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras do Banco, exceto se a probabilidade de saída de recursos seja remota.

Periodicamente, os passivos contingentes são reavaliados para determinar se a saída de recursos se torna provável. Se isso acontecer, a provisão é constituída e incluída nas demonstrações financeiras do período em que ocorrer a mudança na estimativa da probabilidade.

iii. Ativos contingentes

Ativo contingente é um ativo possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos.

Ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, mas, quando relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras do Banco quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

I. Lucro por ação

É calculado com base na média ponderada de ações durante os períodos, segregado entre o básico e o diluído, como requerem as práticas contábeis para as companhias abertas.

m. Reconhecimento de receita e de despesa

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência.

n. Ações em tesouraria

As ações próprias adquiridas são registradas em Tesouraria, no Patrimônio Líquido, conforme as práticas contábeis e a legislação vigente. Isso inclui as ações detidas por entidades consolidadas, como as mantidas por fundos de investimentos controlados, das quais as movimentações aplicáveis são refletidas no Patrimônio Líquido durante o processo de harmonização de práticas contábeis e consolidação, com o objetivo de demonstrar os efeitos das ações próprias no grupo consolidado.

o. Resultado recorrente e não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/2020, o BTG Pactual divulga o resultado não recorrente em nota explicativa, apresentando eventos não recorrentes que ocorreram e contribuíram para o resultado, que não são relacionados (ou estejam relacionados incidentalmente) com as atividades típicas do Banco.

5. Gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos no BTG Pactual é realizado mediante o envolvimento de todas as instâncias de gestão e de controle da Instituição. O Conselho de Administração do Banco, nos termos da Resolução CMN nº 4.557/2017, é a instância responsável por fixar os níveis de apetite por riscos, aprovar e revisar as políticas, as estratégias e os limites de riscos, as políticas e as estratégias de gestão de capital, o programa de testes de estresse, a gestão da política de gestão da continuidade dos negócios, entre outras atividades. A Diretoria Executiva cabe formular políticas, definir diretrizes de riscos e supervisionar os processos de gestão e de controles de riscos. Na sequência, há um conjunto de comitês e de áreas de riscos encarregados da execução de atividades de gestão e de controles de riscos.

Os principais comitês e áreas envolvidos em atividades de gestão de risco são: (i) Reunião de Diretoria, que formula as políticas, propõe limites globais e é a última instância responsável pela gestão dos nossos riscos; (ii) Comitê de Risco e Capital, composto por maioria de membros independentes que avaliam os resultados da gestão do risco e das estratégias; (iii) Comitê de Novos Produtos, que avalia a viabilidade e supervisiona a implementação de propostas de novos negócios e produtos; (iv) área de Risco de Crédito, que é responsável pela aprovação de novas operações de crédito de acordo com a diretrizes estabelecidas pelo Chief Risk Officer ("CRO"); (v) área de Risco de Mercado, que é responsável pelo monitoramento do risco de mercado, incluindo a utilização dos limites de risco (VaR), e para a aprovação de exceções na forma prevista em normas internas; (vi) área de Risco Operacional, que avalia os principais riscos operacionais frente às políticas internas e aos limites regulatórios; (vii) Comitê de Compliance, que é responsável por estabelecer regras de Anti Money Laundry ("AML") e por relatar problemas potenciais que envolvem lavagem de dinheiro; (viii) CRO, que é responsável por monitorar o risco de liquidez, incluindo a posição de caixa e o gerenciamento da estrutura de capital; (ix) Comitê de Auditoria, que é responsável pela verificação independente da adequação dos controles internos, pelas avaliações quanto à manutenção dos registros contábeis e da qualidade e da integridade das demonstrações financeiras; (x) área de Risco Socioambiental, que avalia os riscos social, ambiental e climático, de acordo com os princípios da relevância e da proporcionalidade, bem como administra e mitiga impactos sociais, ambientais e climáticos adversos resultantes de nossas operações e atividades; e (xi) Comitê ESG que é responsável por supervisionar e gerenciar a implantação das políticas e das práticas ESG, dos processos e dos procedimentos de riscos sociais, ambientais e climáticos, garantindo a aderência do Banco a essas diretrizes.

Para o gerenciamento dos demais riscos, como liquidez, *cybersecurity*, IRRBB, risco país e de transferências e para prevenção a fraudes, o Banco conta também com estruturas próprias, igualmente independentes das áreas de negócios e de suporte corporativo.

O Banco monitora e controla a exposição a riscos por meio de uma variedade de sistemas internos, distintos, porém complementares, de crédito, financeiro e não financeiro, operacional, *compliance*, tributos e legal. Acreditamos que o envolvimento dos comitês e das áreas (incluindo suas subcomissões) com a gestão e com o controle contínuos dos riscos promove a cultura de rigoroso e efetivo controle de riscos em todo o Grupo BTG Pactual. As comissões do Banco são compostas por membros seniores das unidades de negócios e por membros superiores dos departamentos de controle, os quais são segregados e independentes das áreas de negócios e de suporte corporativo. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site <https://ri.btgpactual.com/>, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Risco.

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



a. Limites operacionais

	31/12/2025
Patrimônio Líquido Consolidado	76.910.156
Nível I	72.486.620
Capital Principal	65.950.614
Capital complementar	6.536.006
Nível II	17.857.366
Patrimônio de Referência (PR) - (a)	90.343.986
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	46.619.175
Exposição total ponderada pelo risco - (b)	582.739.693
Risco de Crédito	389.346.905
Risco Operacional	43.519.491
Risco de Mercado	149.873.297
Índice de Basileia - (a/b)	15,5%
Capital de Nível I	12,4%
Capital de Nível II	3,1%
Índice de consumo de Imobilização	63,9%
Limite para imobilização (LI)	45.171.993
Situação para o limite de imobilização	28.867.424
Valor da margem ou insuficiência	16.304.569

Conforme determinação do Banco Central do Brasil, há uma exigência mínima de Patrimônio de Referência (PR) de 10,50%, sendo 8,50% para o PR Nível I e 7,00% para o Capital Principal. A apuração de todos os limites e índices é realizada de forma consolidada, considerando a base de empresas que compõem o Conglomerado Prudencial.

Em 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução BCB nº 356/2023, impactando o cálculo do Risco Operacional (RWAOpad) do Conglomerado. Ademais, a Resolução CMN nº 5.199/2024 estabeleceu um regime de implementação gradual para os efeitos das alterações no Patrimônio Líquido decorrentes da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os limites prudenciais e operacionais foram plenamente atendidos.

b. Risco de mercado

Análise de sensibilidade

O *Value at Risk* (VaR) é uma medida de sensibilidade da perda potencial nos instrumentos financeiros devido a movimentos adversos do mercado em um horizonte de tempo definido com um nível de confiança especificado. Junto com testes de estresse, o VaR é utilizado para medir a exposição e a sensibilidade de nossos instrumentos financeiros para o risco de mercado. O BTG Pactual aplica simulação histórica com total remensuração dos instrumentos para o cálculo do VaR, preservando as distribuições reais e a correlação entre os ativos, não fazendo uso de aproximações (*greek approximations*) e de distribuições normais. Nosso VaR pode ser medido e indicado de acordo com diferentes períodos, dados históricos e níveis de confiança. A precisão da metodologia de risco de mercado é testada por meio de testes (*back-testing*) diários que comparam a aderência entre as estimativas de VaR e os ganhos realizados e as perdas incorridas.

O VaR, apresentado abaixo, foi calculado para o período de um dia, nível de confiança de 95% e um ano de dado histórico. Nível de confiança de 95% significa que existe uma possibilidade, em vinte ocorrências, de que as receitas líquidas de negociação ficarão abaixo do VaR estimado. Dessa forma, déficits nas receitas líquidas de negociação em um único dia de negociação maior que o VaR apresentados são esperados e previstos de ocorrer, em média, cerca de uma vez por mês.

Deficiências em um único dia podem exceder o VaR apresentado por montantes significantes; e podem ocorrer com mais frequência ou acumular ao longo de um período maior, como um número de dias consecutivos de negociação. Dada a sua dependência dos dados históricos, a precisão do VaR é limitada em sua capacidade de prever mudanças de mercado sem precedentes, como distribuições históricas nos fatores de risco de mercado não podem produzir estimativas precisas de risco de mercado futuro. Diferentes metodologias de VaR e estimativas de distribuição estatística podem produzir VaR substancialmente diferente. Além disso, o VaR calculado para um período de um dia não captura o risco de mercado das posições que não podem ser liquidadas ou compensadas por hedges no prazo de um dia. Como foi referido anteriormente, nós usamos modelos nos testes de estresse como um complemento do VaR em nossas atividades diárias com exposição a riscos.

A tabela a seguir contém a média diária do VaR do Banco para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Em R\$ milhões	Dezembro de 2025
Média diária do VaR	169,4

c. Risco de crédito

Todas as contrapartes do Banco e de suas controladas são submetidas a um rigoroso processo de análise de crédito, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento do tomador, tendo por base simulações do fluxo de caixa, alavancagem e cronograma da dívida, qualidade dos ativos, cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza qualitativa, tais como orientação estratégica, setor de negócios, áreas de especialização, eficiência, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito. Os limites de crédito das contrapartes são estabelecidos e revisados periodicamente pela área de Risco de Crédito e, quando aplicável, revisados e aprovados pelo Conselho de Administração, de acordo com as exposições correspondentes. A mensuração e o acompanhamento das exposições ao risco de crédito abrangem todos os instrumentos financeiros capazes de gerar risco de contraparte, tais como operações de crédito, títulos privados, derivativos, garantias prestadas, eventuais riscos de liquidação das operações, entre outros.

d. Risco de liquidez

O Banco e as suas controladas gerenciam o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade de crédito e de grande liquidez, utilizando recursos obtidos por meio de contrapartes de primeira linha a taxas competitivas. O Banco e as suas controladas mantêm uma forte estrutura de capital e um baixo grau de alavancagem. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou de reduzir alavancagem. As garantias nas operações são também monitoradas periodicamente.

e. Risco operacional

Alinhado às normas, às orientações do Bacen e aos conceitos e recomendações do Comitê de Basileia, o BTG Pactual definiu política de gerenciamento do risco operacional aplicável ao Banco e às suas controladas no Brasil e no exterior.

A política consiste num conjunto de princípios, de processos, de procedimentos e de instrumentos que proporcionam a permanente adequação do gerenciamento do risco operacional ao porte, à natureza e à complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades, dos processos e dos sistemas do Banco.

O Banco e as suas controladas têm uma forte cultura de gestão do risco operacional, que se baseia na avaliação, no monitoramento, na simulação, na mensuração e na validação do risco e está fundamentada em consistentes controles internos. Há um constante aprimoramento dos mecanismos de gestão e de controle do risco operacional, visando ao cumprimento das exigências normativas e das diretrizes dos órgãos reguladores, à adaptação rápida a mudanças e antecipação a tendências, entre as quais podemos destacar as novas propostas de revisão do Acordo de Basileia 3.

f. Risco social, ambiental e climático

O BTG Pactual entende como riscos social, ambiental e climático: perdas financeiras ou danos à imagem e à reputação em decorrência de danos socioambientais. Inclui também a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco ocasionadas, direta ou indiretamente, por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou deve ser compensada; e por eventos associados a condições ambientais extremas, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

O BTG Pactual, na condução dos seus negócios, atividades e processos operacionais, assume compromissos com base em práticas de negócios responsáveis e sustentáveis, equilibrando os aspectos econômicos, financeiros, regulatórios, ambientais, sociais e climáticos nas suas operações. Acreditamos que práticas comerciais sólidas e responsabilidade empresarial são fundamentos de longo prazo que devem ser aplicados diariamente para gerar valor aos acionistas e aos clientes por meio de crescimento sustentável no longo prazo.

Para informações atualizadas sobre gerenciamento destes riscos assim como a respeito de demais temas ligados à sustentabilidade, consulte os nossos relatórios anuais publicados na página de RI, assim como a nossa página ESG.

6. Disponibilidades

O saldo dessa rubrica refere-se basicamente a depósitos bancários no exterior.

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



7. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Banco	31/12/2025					
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Aplicações no mercado aberto	79.041.120	73.880.662	3.145.378	-	-	2.015.080
Posição bancada	21.149.678	19.260.185	1.281.581	-	-	607.912
Títulos públicos federais	21.134.666	19.245.173	1.281.581	-	-	607.912
Títulos corporativos	15.012	15.012	-	-	-	-
Posição financiada	27.755.234	27.672.822	82.412	-	-	-
Posição vendida	30.136.208	26.947.655	1.781.385	-	-	1.407.168
Aplicações em depósitos interfinanceiros	40.433.435	4.361.464	18.221.166	17.850.805	-	-
Certificado de Depósito Interbancário	36.184.459	112.488	18.221.166	17.850.805	-	-
Aplicações em moeda estrangeira - overnight	4.248.976	4.248.976	-	-	-	-
Total	119.474.555	78.242.126	21.366.544	17.850.805	-	2.015.080

Em 31 de dezembro de 2025, as Aplicações Interfinanceiras de Liquidez estão alocadas no estágio 1.

Em 31 de dezembro de 2025, o lastro recebido nas operações compromissadas montava a R\$ 79.850.058

Consolidado	31/12/2025					
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Aplicações no mercado aberto	77.543.958	74.983.265	2.519.143	27.762	13.788	-
Posição bancada	26.375.244	25.297.812	1.077.432	-	-	-
Títulos públicos federais	25.541.138	24.463.706	1.077.432	-	-	-
Títulos emitidos por governos de outros países	689.838	689.838	-	-	-	-
Títulos corporativos	144.268	144.268	-	-	-	-
Posição financiada	19.356.878	19.299.439	57.439	-	-	-
Posição vendida	31.811.836	30.386.014	1.384.272	27.762	13.788	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	13.192.641	11.859.975	1.332.658	-	-	8
Certificado de Depósito Interbancário	1.472.496	139.830	1.332.658	-	-	8
Aplicações em moeda estrangeira - overnight	11.720.145	11.720.145	-	-	-	-
Total	90.736.599	86.843.240	3.851.801	27.762	13.788	8

Em 31 de dezembro de 2025, as Aplicações Interfinanceiras de Liquidez estão alocadas no estágio 1.

Em 31 de dezembro de 2025, o lastro recebido nas operações compromissadas montava a R\$ 77.471.480.

8. Títulos e valores mobiliários

a. Resumo por tipo de carteira

Apresentamos, a seguir, a composição por tipo de papel, por prazo de vencimento contratual e por tipo da carteira de títulos e valores mobiliários:

	Banco			Consolidado			
	31/12/2025	Custo Atualizado	Mercado	Valor Contábil	31/12/2025	Custo Atualizado	Mercado
Valor justo por meio do resultado	185.843.627	187.671.214	187.671.214		230.529.173	235.158.676	235.158.676
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	49.890.726	49.682.347	49.682.347		59.664.057	59.411.670	59.411.670
Custo amortizado	25.623.877	25.043.810	25.623.877		30.035.593	29.454.450	30.035.593
Total de Títulos e Valores Mobiliários	261.358.230	262.397.371	262.977.438		320.228.823	324.024.796	324.605.939

b. Valor justo por meio do resultado

Banco	31/12/2025						
	Custo Atualizado	Mercado / Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos Públicos	88.046.969	88.219.469	-	14.226.465	13.978.888	36.127.917	23.886.199
Letras Financeiras do Tesouro	58.980.889	58.988.101	-	12.657.958	10.683.814	32.820.621	2.825.708
Letras do Tesouro Nacional	3.660.749	3.663.538	-	529.767	1.448.375	1.162.061	523.335
Notas do Tesouro Nacional	23.245.859	23.184.506	-	1.038.740	1.401.851	2.117.604	19.665.051
Títulos de Governos Estrangeiros	2.155.634	2.379.721	-	444.848	24.028	-	872.105
Tesouro Nacional	3.838	3.603	-	-	3.603	-	-
Títulos Privados	97.796.658	99.451.745	82.986.437	136.201	251.376	1.414.254	14.663.477
Ações	12.273.633	12.273.633	12.273.633	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	1.941.510	1.892.384	-	2.454	1.296	18.699	1.869.935
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.262.030	1.214.285	-	591	34	10.772	1.202.888
Corporate Bond	148.989	149.327	-	-	68.009	-	81.318
Cotas de Fundo de Investimento	70.712.804	70.712.804	70.712.804	-	-	-	-
Debêntures	10.364.870	12.111.760	-	320	1.611	605.371	11.504.458
Time Deposit	225.886	230.078	-	24.449	91.118	111.807	2.704
Outros	866.936	867.474	-	108.387	89.308	667.605	2.174
Total	185.843.627	187.671.214	82.986.437	14.362.666	14.230.264	37.542.171	38.549.676

Os títulos e valores mobiliários (exceto instrumentos patrimoniais) no montante de R\$ 104.684.777 estão distribuídos nos seguintes estágios: R\$ 104.684.050 no estágio 1 e R\$ 727 no estágio 2.

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Consolidado		31/12/2025					
	Custo Atualizado	Mercado / Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos Públicos	106.285.530	108.999.603	-	14.591.095	15.051.394	45.315.569	34.041.545
Letras Financeiras do Tesouro	60.947.479	60.952.977	-	12.916.186	11.120.071	33.453.883	3.462.837
Letras do Tesouro Nacional	3.661.233	3.664.022	-	529.767	1.668.498	1.162.061	303.696
Notas do Tesouro Nacional	24.092.614	26.469.305	-	-	1.417.598	7.435.460	17.616.247
Títulos de Governos Estrangeiros	17.296.338	17.650.970	-	1.145.142	845.227	3.001.836	12.658.765
Tesouro Nacional	282.746	262.329	-	-	-	262.329	-
Títulos Privados	124.243.643	126.159.073	98.931.583	789.826	767.348	3.275.483	22.394.833
Ações	32.270.723	32.270.723	32.270.723	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	1.905.018	1.854.745	-	2.454	1.296	20.116	1.830.879
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.571.221	1.517.318	-	591	34	93.214	1.423.479
Corporate Bond	6.624.250	6.418.250	-	30.610	651.514	1.765.994	3.970.132
Cotas de Fundo de Investimento	66.660.860	66.660.860	66.660.860	-	-	-	-
Debêntures	14.004.296	16.231.187	-	511.272	9.611	630.527	15.079.777
Time Deposit	191.873	190.541	-	66.661	11.749	102.555	9.576
Outros	1.015.402	1.015.449	-	178.238	93.144	663.077	80.990
Total	230.529.173	235.158.676	98.931.583	15.380.921	15.818.742	48.591.052	56.436.378

Os títulos e valores mobiliários (exceto instrumentos patrimoniais) no montante de R\$ 136.227.093 estão distribuídos nos seguintes estágios: R\$ 136.150.523 no estágio 1, R\$ 727 no estágio 2 e 75.843 no estágio 3.

c. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Banco		31/12/2025					
	Custo Atualizado	Mercado / Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos Públicos	49.890.726	49.682.347	-	-	-	49.682.347	-
Letras do Tesouro Nacional	49.890.726	49.682.347	-	-	-	49.682.347	-
Total	49.890.726	49.682.347	-	-	-	49.682.347	-

Os títulos e valores mobiliários estão classificados no estágio 1.

Consolidado		31/12/2025					
	Custo Atualizado	Mercado / Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos Públicos	57.308.152	57.077.165	-	123.453	1.189.623	53.016.349	2.747.740
Letras do Tesouro Nacional	49.890.725	49.682.347	-	-	-	49.682.347	-
Letras Financeiras do Tesouro	1.536.811	1.537.936	-	55.289	1.070.728	411.919	-
Títulos de Governos Estrangeiros	5.880.616	5.856.882	-	68.164	118.895	2.922.083	2.747.740
Títulos Privados	2.518.165	2.496.765	-	243.606	511.321	812.747	929.091
Certificado de Recebíveis Imobiliários	180.263	191.503	-	-	-	6.633	184.870
Corporate Bond	2.337.787	2.305.145	-	243.606	511.204	806.114	744.221
Outros	115	117	-	-	117	-	-
Subtotal	59.826.317	59.573.930	-	367.059	1.700.944	53.829.096	3.676.831
Provisão para perdas esperadas	(162.260)	(162.260)	-	(73)	(43)	(6.776)	(155.368)
Total	59.664.057	59.411.670	-	366.986	1.700.901	53.822.320	3.521.463

Os títulos e valores mobiliários estão distribuídos nos seguintes estágios: R\$ 59.386.768 no estágio 1 e R\$ 187.162 no estágio 3. As provisões para perda de crédito esperada estão classificadas: R\$ (4.926) no estágio 1 e R\$ (157.334) no estágio 3.

d. Custo amortizado

Banco		31/12/2025					
	Mercado	Custo Atualizado / Valor Contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos Públicos	23.935.256	24.552.439	-	1.563.111	11.132.991	5.521.574	6.334.763
Notas do Tesouro Nacional	6.499.185	7.036.753	-	-	132.927	569.063	6.334.763
Títulos de Governos Estrangeiros	17.436.071	17.515.686	-	1.563.111	11.000.064	4.952.511	-
Títulos Privados	1.203.737	1.166.621	-	-	-	341.884	824.737
Corporate Bond	517.438	469.841	-	-	-	341.884	127.957
Notas Promissórias e Comerciais	686.299	696.780	-	-	-	-	696.780
Subtotal	25.138.993	25.719.060	-	1.563.111	11.132.991	5.863.458	7.159.500
Provisão para perdas esperadas	(95.183)	(95.183)	-	(13.154)	(82.029)	-	-
Total	25.043.810	25.623.877	-	1.549.957	11.050.962	5.863.458	7.159.500

Os títulos e valores mobiliários estão distribuídos nos seguintes estágios: R\$ 21.561.656 no estágio 1 e R\$ 4.157.404 no estágio 2. As provisões para perda de crédito esperada estão classificadas: R\$ (95.183) no estágio 2.

Consolidado		31/12/2025					
	Mercado	Custo Atualizado / Valor Contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos Públicos	28.715.167	29.333.426	-	1.615.298	13.017.587	8.365.459	6.335.082
Notas do Tesouro Nacional	11.103.540	11.641.109	-	-	1.959.319	3.346.708	6.335.082
Títulos de Governos Estrangeiros	17.611.627	17.692.317	-	1.615.298	11.058.268	5.018.751	-
Títulos Privados	835.234	798.118	-	26.872	2.743	445.329	323.174
Corporate Bond	701.792	712.273	-	-	-	434.007	278.266
Time Deposit	133.442	85.845	-	26.872	2.743	11.322	44.908
Subtotal	29.550.401	30.131.544	-	1.642.170	13.020.330	8.810.788	6.658.256
Provisão para perdas esperadas	(95.951)	(95.951)	-	(13.154)	(82.029)	(488)	(280)
Total	29.454.450	30.035.593	-	1.629.016	12.938.301	8.810.300	6.657.976

Os títulos e valores mobiliários estão distribuídos nos seguintes estágios: R\$ 25.974.140 no estágio 1 e R\$ 4.157.404 no estágio 2. As provisões para perda de crédito esperada estão classificadas: R\$ (768) no estágio 1 e R\$ (95.183) no estágio 2.

a. Reclassificação de modelos de negócios

Após a adoção da Resolução CMN 4.966/2021 em 01 de janeiro de 2025, conforme apresentado na Nota 3 – Apresentação das demonstrações financeiras, não houve reclassificações de modelo de negócios no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

9. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco e as suas controladas participam ativamente de operações de intermediação de risco envolvendo instrumentos financeiros derivativos, atendendo a necessidades próprias e de seus clientes, no intuito de reduzir a exposição aos riscos de mercado, de moedas e de taxas de juros. Alguns instrumentos financeiros derivativos podem estar associados a operações com títulos e valores mobiliários ou, ainda, com direitos e obrigações.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada por meio de políticas rígidas de controle, do estabelecimento de estratégias, da determinação de limites, entre outras técnicas de gerenciamento e de monitoramento. Os limites de exposição a riscos são aprovados pelo Conselho de Administração, com base nas políticas mencionadas anteriormente.

As operações no Brasil são negociadas e registradas ou custodiadas na B3 S.A. Quando são realizadas no exterior, em corretoras de primeira linha. O Grupo BTG Pactual utiliza diferentes instrumentos financeiros para hedge econômico, tais como, opção, termo, futuro e swap com ajustes periódicos. A utilização desses instrumentos tem o objetivo de constituir hedge das posições de tesouraria em mercados, visando adequar o nível de risco existente na carteira aos limites de exposição previstos, sempre que os comitês e as áreas de gestão e de monitoramento de riscos considerem necessários.

• Hedge de investimento líquido em operações no exterior

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a estratégia de *hedge do investimento líquido* do BTG Pactual no exterior consiste na contratação de *hedge de exposição* em moeda estrangeira proveniente da moeda funcional da operação no exterior em relação ao real, moeda funcional do Banco.

Para proteção em relação a alterações dos fluxos de caixa futuros em decorrência de variação cambial sobre os investimentos líquidos, em operações no exterior, o Banco utiliza contratos de futuro, ativos financeiros e contratos de *forward* ou contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*) contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Banco e Consolidado	31/12/2025		
	Instrumento de hedge	Variação do valor justo (i)	Variação cambial sobre os Investimentos no exterior (ii)
Valor nominal			
Hedge de investimento líquido em operações no exterior	27.833.788	2.740.249	(2.747.385)

(i) Registrado no resultado abrangente do exercício.

(ii) Considera tanto os valores de variação cambial sobre ativos e passivos consolidados de operações no exterior, quanto a variação cambial sobre investimentos, registrados no resultado abrangente do exercício.

• Hedge de valor justo

O BTG Pactual adota a estratégia de *hedge de valor justo*, que consiste em refletir contabilmente os efeitos econômicos de proteção desejados. A exposição prefixada é proveniente das atividades de Financiamentos e Créditos Estruturados nas quais o Banco opera com seus clientes por intermédio da área de *Corporate Lending* e das características e da prática do mercado brasileiro.

Além disso, para financiar todas as linhas de negócio do BTG Pactual, são realizadas captações por meio de instrumentos de dívida indexados principalmente a percentuais do DI, ao IPCA e a taxas prefixadas, que consequentemente necessitam de proteção contra às variações do mercado. Os principais objetos protegidos por meio desta estratégia são Certificados de Depósito Bancário - CDB, Letras Financeiras - LF, Letras de Crédito do Agronegócio - LCA, Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, Letras de Crédito Imobiliário – LCI e Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.

Os instrumentos designados para a relação de *hedge*, por sua vez, são futuros de DI e IPCA (DAP) e Swaps.

Banco	31/12/2025		
	Valor nominal	Instrumento de hedge	Objeto de hedge
	Variação do valor justo		
Hedge de valor justo	47.402.044	(1.364.562)	1.458.926

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Consolidado		31/12/2025	
	Valor nominal	Instrumento de Hedge	Objeto de hedge
Hedge de valor justo	52.428.258	(1.649.751)	1.744.116

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2023, houve revogação de estratégias de hedge, cujas parcelas efetivas eram de R\$ 265.926 e R\$ 155.021, respectivamente, estão sendo diferidas no resultado de acordo com os prazos dos objetos de hedge.

a. Nacionais registrados em contas de compensação e patrimoniais

Os valores nacionais das operações com instrumentos financeiros são registrados em contas de compensação e os ajustes/prêmios em contas patrimoniais. As contas a receber e a pagar são apresentadas separadamente para os derivativos de Swap, de Non-Deliverable Forward (NDF) e de Deliverable Forward (DF)/Contratos de câmbio no quadro a seguir.

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Banco	31/12/2025			
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
Mercado futuro				
Posição comprada	138.159.543	59.479.958	115.481.981	313.121.482
Moeda	167.294	28.647	-	195.941
Taxa de juros	130.703.641	56.477.255	115.094.150	302.275.046
Commodities	6.449.313	2.974.056	387.831	9.811.200
Índices	839.295	-	-	839.295
Posição vendida	137.662.117	19.866.736	73.186.540	230.715.393
Moeda	19.141.258	-	-	19.141.258
Taxa de juros	114.566.601	15.173.129	72.628.151	202.367.881
Commodities	3.408.427	4.693.607	558.389	8.660.423
Índices	545.831	-	-	545.831
Swap				
Posição ativa	137.530.480	28.302.586	541.782.482	707.615.548
Moeda	413.968	4.545	288.346.948	288.765.461
Taxa de juros	130.640.467	26.013.325	240.766.760	397.420.552
Commodities	399.567	108.636	89.981	598.184
Índices	4.099.275	178.341	4.842.136	9.119.752
Ação	1.977.203	1.997.739	7.736.657	11.711.599
Posição passiva	171.894.493	22.856.911	771.114.433	965.865.837
Moeda	342.298	-	247.644.358	247.986.656
Taxa de juros	166.221.256	20.870.349	522.329.543	709.421.148
Commodities	669.271	127.103	89.982	886.356
Índices	3.984.082	48.541	831.427	4.864.050
Ação	677.586	1.810.918	219.123	2.707.627
Derivativos de crédito				
Posição ativa	296.689	800.599	22.398.433	23.495.721
Soberano	-	-	627.274	627.274
Corporativo	296.689	800.599	21.771.159	22.868.447
Posição passiva	55.024	82.408	1.362.954	1.500.386
Soberano	55.024	82.408	8.804	146.236
Corporativo	-	-	1.354.150	1.354.150
Contratos a termo - NDF				
Posição ativa	119.773.645	39.387.237	48.107.493	207.268.375
Moeda	108.698.876	30.838.169	18.002.266	157.539.311
Commodities	11.074.769	8.549.068	30.105.227	49.729.064
Posição Passiva	105.337.090	33.620.892	42.753.881	181.711.863
Moeda	95.933.166	27.617.765	16.191.143	139.742.074
Commodities	9.403.924	6.003.127	26.562.738	41.969.789
Operações a termo				
Posição ativa	7.754.027	-	-	7.754.027
Taxa de juros	5.721	-	-	5.721
Títulos Públicos	7.748.306	-	-	7.748.306
Posição passiva	9.176.519	-	-	9.176.519
Taxa de juros	7.024	-	-	7.024
Títulos Públicos	9.169.495	-	-	9.169.495
Opções				
Posição ativa	600.182.654	143.391.261	9.084.785	752.658.700
Compras de Opções de Compra	106.454.268	42.791.805	7.801.429	157.047.502
Moeda	94.691.271	19.449.469	2.177.424	116.318.164
Taxa de juros	416.822	21.962	-	438.784
Commodities	3.372.332	178.432	710.262	4.261.026
Índices	300.663	282.768	2.565.109	3.148.540
Ação	7.673.180	22.859.174	2.348.634	32.880.988
Compras de Opções de Venda	493.728.386	100.599.456	1.283.356	595.611.198
Moeda	5.534.932	3.924.145	158.325	9.617.402
Taxa de juros	484.397.948	95.696.100	-	580.094.048
Commodities	29.282	900	-	29.282
Índices	126.190	-	-	127.090
Ação	3.640.034	978.311	1.125.031	5.743.376
Posição passiva	595.505.192	139.422.767	5.191.829	740.119.788
Vendas de Opções de Compra	94.782.274	39.001.306	3.734.083	137.517.663
Moeda	81.484.744	17.017.599	1.461.068	99.963.411
Taxa de juros	1.123.211	23.453	-	1.146.664
Commodities	5.352.751	176.003	5.695	5.534.449
Índices	254.426	702.152	314.046	1.270.624
Ação	6.567.142	21.082.099	1.953.274	29.602.515
Vendas de Opções de Venda	500.722.918	100.421.461	1.457.746	602.602.125
Moeda	3.339.828	2.906.153	306.805	6.552.786
Taxa de juros	493.711.952	95.696.270	-	589.408.222
Commodities	4.564	-	-	4.564
Índices	118.641	5.483	-	124.124
Ação	3.547.933	1.813.555	1.150.941	6.512.429
Contratos de câmbio				
Posição ativa	79.599.405	26.237.173	5.791.547	111.628.125
Compra de moeda estrangeira	20.943.842	6.788.125	5.782.652	33.514.619
Venda de moeda estrangeira	58.655.563	19.449.048	8.895	78.113.506
Posição passiva	75.397.465	22.489.715	244.960	98.132.140
Compra de moeda estrangeira	35.703.766	18.833.650	244.960	54.782.376
Venda de moeda estrangeira	39.693.699	3.656.065	-	43.349.764
Posição ativa	1.083.296.443	297.598.814	742.646.721	2.123.541.978
Posição passiva	1.095.027.900	238.339.429	893.854.597	2.227.221.926

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Consolidado	31/12/2025			
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
Mercado futuro				
Posição comprada	164.654.221	60.074.972	123.536.302	348.265.495
Moeda	424.936	28.647	-	453.583
Taxa de juros	146.982.518	56.477.255	122.812.481	326.272.254
Commodities	13.940.467	3.569.070	723.821	18.233.358
Índices	3.306.300	-	-	3.306.300
Posição vendida	167.176.948	31.816.368	102.375.132	301.368.448
Moeda	19.230.238	-	-	19.230.238
Taxa de juros	138.696.215	26.613.454	101.294.255	266.603.924
Commodities	8.701.716	5.202.914	1.080.877	14.985.507
Índices	548.779	-	-	548.779
Swap				
Posição ativa	114.114.527	30.852.194	127.933.100	272.899.821
Moeda	806.863	4.545	734.590	1.545.998
Taxa de juros	106.511.688	29.421.269	114.384.760	250.317.717
Commodities	274.232	126.704	89.981	490.917
Índices	4.099.275	7.502	5.042.136	9.148.913
Ação	2.422.469	1.292.174	7.681.633	11.396.276
Posição passiva	157.737.248	24.196.208	88.945.118	270.878.574
Moeda	415.119	-	1.136.087	1.551.206
Taxa de juros	133.328.830	21.235.633	86.570.963	241.135.426
Commodities	22.766.988	1.269.956	187.519	24.224.463
Índices	191.695	48.541	831.427	1.071.663
Ação	1.034.616	1.642.078	219.122	2.895.816
Derivativos de crédito				
Posição ativa	296.689	800.599	22.378.927	23.476.215
Soberano	-	-	627.274	627.274
Corporativo	296.689	800.599	21.751.653	22.848.941
Posição passiva	55.024	82.860	984.744	1.122.628
Soberano	55.024	82.860	-	137.884
Corporativo	-	-	984.744	984.744
Contratos a termo - NDF				
Posição ativa	126.897.498	29.721.147	43.381.525	200.000.170
Moeda	110.831.072	18.893.174	7.688.899	137.413.145
Commodities	16.066.426	10.827.973	35.692.626	62.587.025
Posição passiva	86.868.011	26.022.546	49.839.457	162.730.014
Moeda	74.461.762	19.938.488	21.275.379	115.675.629
Commodities	12.406.249	6.084.058	28.564.078	47.054.385
Operações a termo				
Posição ativa	13.133.969	930.585	1.216.493	15.281.047
Taxa de juros	7.941	-	-	7.941
Commodities	4.039.658	898.471	1.213.039	6.151.168
Títulos Públicos	8.517.801	-	-	8.517.801
Ação	568.569	32.114	3.454	604.137
Posição passiva	15.256.617	3.616.244	37.321	18.910.182
Taxa de juros	9.244	-	-	9.244
Commodities	5.413.789	3.616.244	37.321	9.067.354
Títulos Públicos	9.833.584	-	-	9.833.584
Opções				
Posição ativa	716.582.586	149.201.776	7.864.596	873.648.958
Compras de Opções de Compra	89.455.683	38.453.365	6.925.424	134.834.472
Moeda	73.696.906	14.681.111	1.275.461	89.653.478
Taxa de juros	3.251.212	378.140	-	3.629.352
Commodities	3.413.960	178.432	710.263	4.302.655
Índices	1.075.250	282.768	2.565.109	3.923.127
Ação	8.018.355	22.932.914	2.374.591	33.325.860
Compras de Opções de Venda	627.126.903	110.748.411	939.172	738.814.486
Moeda	5.706.568	3.924.145	158.325	9.789.038
Taxa de juros	617.125.922	96.195.553	-	713.321.475
Commodities	39.566	-	-	39.566
Índices	466.375	900	-	467.275
Ação	3.788.472	10.627.813	780.847	15.197.132
Posição passiva	717.784.720	133.070.553	4.004.343	854.859.616
Vendas de Opções de Compra	82.849.250	32.192.435	2.351.269	117.392.954
Moeda	65.696.964	11.846.205	1.369.158	78.912.327
Taxa de juros	4.457.467	379.909	-	4.837.376
Commodities	5.394.921	176.003	5.695	5.576.619
Índices	1.363.917	1.003.132	314.097	2.681.146
Ação	5.935.981	18.787.186	662.319	25.385.486
Vendas de Opções de Venda	634.935.470	100.878.118	1.653.074	737.466.662
Moeda	3.488.828	2.906.153	306.805	6.701.786
Taxa de juros	626.780.672	96.196.238	-	722.976.910
Commodities	416.451	-	-	416.451
Índices	701.586	157.110	231.785	1.090.481
Ação	3.547.933	1.618.617	1.114.484	6.281.034
Contratos de câmbio				
Posição ativa	69.706.980	20.050.282	5.791.547	95.548.809
Compra de moeda estrangeira	19.843.044	5.137.487	5.782.652	30.763.183
Venda de moeda estrangeira	49.863.936	14.912.795	8.895	64.785.626
Posição passiva	59.040.549	14.237.324	242.923	73.520.796
Compra de moeda estrangeira	28.626.167	11.544.094	242.923	40.413.184
Venda de moeda estrangeira	30.414.382	2.693.230	-	33.107.612
Posição ativa	1.205.386.470	291.631.555	332.102.490	1.829.120.515
Posição passiva	1.203.919.117	233.042.103	246.429.038	1.683.390.258

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



b. Valor nocional por contraparte

Banco	31/12/2025				
	Câmara de liquidação / bolsa de valores	Instituições Financeiras e Fundos	Empresas	Pessoas Físicas	Total
Mercado futuro					
Posição comprada	313.121.482	-	-	-	313.121.482
Posição vendida	230.715.393	-	-	-	230.715.393
Swap					
Posição ativa	137.196.483	458.494.007	110.259.363	1.665.695	707.615.548
Posição passiva	167.400.089	709.542.209	88.799.994	123.545	965.865.837
Derivativos de crédito					
Posição ativa	-	23.495.721	-	-	23.495.721
Posição passiva	-	1.500.386	-	-	1.500.386
Contratos a termo - NDF					
Posição ativa	-	136.004.511	71.216.393	47.471	207.268.375
Posição passiva	-	119.113.757	62.566.646	31.460	181.711.863
Operações a Termo					
Posição ativa	-	7.754.027	-	-	7.754.027
Posição passiva	-	9.170.231	6.288	-	9.176.519
Mercado de opções					
Posição ativa	-	612.415.932	137.981.045	2.261.723	752.658.700
Posição passiva	-	611.921.566	125.427.674	2.770.548	740.119.788
Contratos de Câmbio					
Posição ativa	-	104.212.100	7.246.182	169.843	111.628.125
Posição passiva	-	95.975.817	2.047.881	108.442	98.132.140
Posição ativa	450.317.965	1.342.376.298	326.702.983	4.144.732	2.123.541.978
Posição passiva	398.115.482	1.547.223.966	278.848.483	3.033.995	2.227.221.926

Consolidado	31/12/2025				
	Câmara de liquidação / bolsa de valores	Instituições Financeiras e Fundos	Empresas	Pessoas Físicas	Total
Mercado futuro					
Posição comprada	348.265.495	-	-	-	348.265.495
Posição vendida	301.368.448	-	-	-	301.368.448
Swap					
Posição ativa	139.749.789	29.433.731	102.050.606	1.665.695	272.899.821
Posição passiva	167.667.984	8.279.678	94.807.785	123.127	270.878.574
Derivativos de crédito					
Posição ativa	-	23.476.215	-	-	23.476.215
Posição passiva	-	1.122.628	-	-	1.122.628
Contratos a termo - NDF					
Posição ativa	-	80.611.035	118.551.811	837.324	200.000.170
Posição passiva	-	58.571.601	103.963.980	194.433	162.730.014
Operações a Termo					
Posição ativa	-	8.711.668	6.472.556	96.823	15.281.047
Posição passiva	-	9.836.022	9.070.989	3.171	18.910.182
Mercado de opções					
Posição ativa	-	751.104.944	120.282.291	2.261.723	873.648.958
Posição passiva	-	752.194.144	99.894.924	2.770.548	854.859.616
Contratos de Câmbio					
Posição ativa	-	88.635.868	6.719.439	193.502	95.548.809
Posição passiva	-	71.106.109	2.284.215	130.472	73.520.796
Posição ativa	488.015.284	981.973.461	354.076.703	5.055.067	1.829.120.515
Posição passiva	469.036.432	901.110.182	310.021.893	3.221.751	1.683.390.258

c. Derivativos de crédito

Banco			
31/12/2025			
Valor Referencial da Proteção Vendida	Valor Referencial da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Valor Referencial - Posição Líquida	
CDS	23.495.721	1.500.386	21.995.335
Consolidado			
31/12/2025			
Valor Referencial da Proteção Vendida	Valor Referencial da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Valor Referencial - Posição Líquida	
CDS	23.476.215	1.122.628	22.353.587

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve a ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



d. Por valor de custo e mercado

Banco	Custo	Mercado	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano
Futuros					
Posição ativa	690.245	690.245	384.743	92.834	212.668
Posição passiva	500.647	500.647	488.864	11.114	669
Swaps					
Posição ativa	5.224.772	9.996.656	1.218.309	1.163.923	7.614.424
Posição passiva	4.287.802	13.738.089	959.912	330.656	12.447.521
Derivativos de crédito					
Posição ativa	962.356	1.445.973	1.228	12.166	1.432.579
Posição passiva	256.403	298.842	715	3.222	294.905
Contratos a termo - NDF					
Posição ativa	19.761.536	19.083.269	5.117.210	2.892.957	11.073.102
Posição passiva	19.677.462	19.735.824	5.919.624	2.465.449	11.350.751
Operações a termo					
Posição ativa	8.534.993	8.586.620	8.586.620	-	-
Posição passiva	8.561.388	8.608.832	8.608.832	-	-
Mercado de opções					
Posição ativa	4.396.070	6.257.065	3.373.023	1.571.042	1.313.000
Posição passiva	8.146.128	9.705.630	7.222.358	1.253.421	1.229.851
Mercado de câmbio					
Posição ativa	1.412.666	1.174.412	1.057.322	61.259	55.831
Posição passiva	1.099.482	1.236.743	1.182.564	43.935	10.244
Posição ativa	40.982.638	47.234.240	19.738.455	5.794.181	21.701.604
Posição passiva	42.529.312	53.824.607	24.382.869	4.107.797	25.333.941

Consolidado	Custo	Mercado	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano
Futuros					
Posição ativa	955.434	955.434	624.433	100.769	230.232
Posição passiva	586.337	586.337	568.112	17.061	1.164
Swaps					
Posição ativa	5.803.406	5.877.526	520.783	1.087.199	4.269.544
Posição passiva	3.565.144	2.627.113	490.841	246.245	1.890.027
Derivativos de crédito					
Posição ativa	956.919	1.419.471	1.229	12.166	1.406.076
Posição passiva	286.827	324.049	716	3.222	320.111
Contratos a termo - NDF					
Posição ativa	19.801.835	20.354.239	5.803.214	3.125.638	11.425.387
Posição passiva	19.391.688	19.524.406	4.980.092	2.705.172	11.839.142
Operações a termo					
Posição ativa	10.743.378	10.717.612	10.652.809	52.978	11.825
Posição passiva	11.588.341	11.578.698	11.046.549	485.806	46.343
Mercado de opções					
Posição ativa	4.208.712	6.113.233	3.214.230	1.490.953	1.408.050
Posição passiva	8.020.663	9.543.210	7.163.464	1.213.606	1.166.140
Mercado de câmbio					
Posição ativa	1.306.590	1.096.994	996.511	44.652	55.830
Posição passiva	1.135.245	1.153.500	1.116.862	26.399	10.240
Posição ativa	43.776.274	46.534.509	21.813.209	5.914.355	18.806.944
Posição passiva	44.574.245	45.337.313	25.366.636	4.697.511	15.273.167

e. Margens dadas em garantia

A margem de garantia dada em operações negociadas na B3 S.A. e em outras bolsas de valores com instrumentos financeiros derivativos é composta principalmente por títulos públicos federais, títulos emitidos por governos de outros países, debêntures e outros, perfazendo o montante de R\$ 13.039.446 para o Banco e R\$ 22.803.909 para o Consolidado.

10. Operações de crédito e títulos com características de concessão de crédito

As operações de concessão de crédito podem ser assim demonstradas:

a. Operações de crédito

i. Resumo por modalidade de crédito

Modalidade de crédito	Banco		Consolidado	
	31/12/2025	Saldo	31/12/2025	Saldo
Empréstimos		58.611.004		133.367.321
Financiamentos		8.087.728	(1.562.529)	48.926.473
FINAME/BNDES		7.393.681	(386.286)	7.393.681
Operações com características de concessão de crédito		3.603.156	(26.458)	5.333.769
Adiantamento de contratos de câmbio		5.226.110	(36.044)	5.226.110
Financiamento de títulos e valores mobiliários		17.045	(43.177)	28.515
Subtotal	82.938.724	(2.054.494)		200.275.869
Ajuste ao valor de mercado (i)		(16.036)		(320.271)
Total de operações de crédito	82.922.688	(2.054.494)		199.955.598
				(11.696.562)

(i) Refere-se a marcação a mercado dos objetos de hedge contábil.

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



ii. Por nível de risco e por prazo de vencimento

Banco	31/12/2025			
Nível de risco	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3 (i)	Total (ii)
Parcelas vencidas	105.831	106.528	576.522	788.881
Parcelas a vencer				
A vencer de 1 a 30 dias	14.608.722	176.546	35.553	14.820.820
A vencer de 31 a 90 dias	13.867.359	183.487	17.809	14.068.654
A vencer 91 a 180 dias	4.623.770	1.613	27.322	4.652.705
A vencer de 181 a 360 dias	8.723.015	15.864	201.251	8.940.130
A vencer acima de 361 dias	37.951.601	513.878	1.202.054	39.667.534
Total	79.880.298	997.915	2.060.511	82.938.724
PDD	(383.538)	(154.595)	(1.516.361)	(2.054.494)

Consolidado	31/12/2025			
Nível de risco	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3 (i)	Total (ii)
Parcelas vencidas	817.391	676.520	4.665.827	6.159.738
Parcelas a vencer				
A vencer de 1 a 30 dias	21.039.577	400.633	342.148	21.782.358
A vencer de 31 a 90 dias	21.897.486	583.087	591.931	23.072.504
A vencer 91 a 180 dias	14.701.917	520.397	826.200	16.048.514
A vencer de 181 a 360 dias	25.178.556	1.094.864	1.359.887	27.633.307
A vencer acima de 361 dias	98.231.391	3.141.863	4.206.194	105.579.448
Total	181.866.318	6.417.364	11.992.187	200.275.869
PDD	(2.501.847)	(1.335.523)	(7.859.192)	(11.696.562)

(i) Os saldos alocados no estágio 3 referem-se, substancialmente, aos contratos com parcelas vencidas acima de 90 dias.

(ii) As faixas de vencimento são segregadas por parcela.

iii. Movimentação do valor contábil bruto e da perda esperada das operações de crédito

Resumo	Banco		Consolidado	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Saldo no início do período	71.844.486	1.658.073	164.675.125	7.176.567
Originação / (Liquidação)	11.077.014	-	35.236.578	-
Constituição / (Reversão)	-	379.197	-	5.582.152
Baixa contra provisão / Outros	(308.892)	(308.892)	(1.078.489)	(1.078.489)
Aquisição de carteira	326.116	326.116	-	-
Incorporação de saldo	-	-	1.442.655	16.332
Saldo em 31/12/2025	82.938.724	2.054.494	200.275.869	11.696.562

iv. Abertura por estágios

Estágio 1	Banco		Consolidado	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Saldo no início do período	69.649.067	355.865	153.118.266	2.206.889
Transferências para outros estágios				
Transferidos para o Estágio 2	(346.117)	(24.127)	(8.895.793)	(835.444)
Transferidos para o Estágio 3	(585.441)	(24.638)	(2.944.560)	(718.811)
Oriundos de outros estágios				
Oriundos do Estágio 2	146.592	42.034	1.794.566	324.741
Oriundos do Estágio 3	7.882	3.896	502.278	155.932
Originação / (Liquidação)	11.008.315	-	36.929.830	-
Constituição / (Reversão)	-	30.508	-	1.355.859
Incorporação de saldo	-	-	1.361.730	12.681
Saldo em 31/12/2025	79.880.298	383.538	181.866.318	2.501.847

Estágio 2	Banco		Consolidado	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Saldo no início do período	622.646	34.862	3.793.205	796.303
Transferências para outros estágios				
Transferidos para o Estágio 1	(146.592)	(42.034)	(1.794.566)	(324.741)
Transferidos para o Estágio 3	(384.185)	(105.874)	(6.027.906)	(1.868.708)
Oriundos de outros estágios				
Oriundos do Estágio 1	346.117	24.127	8.895.793	835.444
Oriundos do Estágio 3	430.623	69.835	844.823	219.357
Originação / (Liquidação)	129.306	-	646.444	-
Constituição / (Reversão)	-	173.679	-	1.676.930
Incorporação de saldo	-	-	59.572	937
Saldo em 31/12/2025	997.915	154.595	6.417.364	1.335.523

Estágio 3	Banco		Consolidado	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Saldo no início do período	1.572.773	1.267.346	7.763.654	4.173.375
Transferências para outros estágios				
Transferidos para o Estágio 1	(7.882)	(3.896)	(502.278)	(155.932)
Transferidos para o Estágio 2	(430.623)	(69.835)	(844.823)	(219.357)
Oriundos de outros estágios				
Oriundos do Estágio 1	585.441	24.638	2.944.560	718.811
Oriundos do Estágio 2	384.185	105.874	6.027.906	1.868.708
Originação / (Liquidação)	(60.607)	-	(2.339.696)	-
Constituição / (Reversão)	-	175.010	-	2.549.362
Aquisição de carteira	326.116	326.116	-	-
Incorporação de saldo	-	-	21.352	2.715
Baixa contra provisão / Outros	(308.892)	(308.892)	(1.078.489)	(1.078.489)
Saldo em 31/12/2025	2.060.510	1.516.361	11.992.187	7.859.192

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



v. Por setor de atividade

Setor	Banco	31/12/2025
Comércio	826.388	
Indústria	23.917.324	
Serviços	48.790.542	
Rural	597.164	
Pessoas Físicas	8.807.306	
Total	82.938.724	

Consolidado	31/12/2025
	15.818.811
	28.338.567
	64.564.923
	931.252
	90.622.316
Total	200.275.869

vi. Concentração de risco de crédito

	Banco	%
	31/12/2025	
Maiores devedores		
10 maiores devedores	22.557.382	27%
20 seguintes maiores devedores	13.805.684	17%
50 seguintes maiores devedores	11.649.752	14%
100 seguintes maiores devedores	10.768.620	13%
200 seguintes maiores devedores	9.309.312	11%
500 seguintes maiores devedores	6.702.358	8%
Acima de 500 maiores devedores	8.145.616	10%
Total	82.938.724	100%

Consolidado	31/12/2025	%
	22.557.381	11%
	14.580.966	7%
	17.032.109	9%
	17.038.345	9%
	16.124.002	8%
	12.615.121	6%
	100.327.945	50%
Total	200.275.869	100%

vii. Renegociação e reestruturação

	Banco	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Operações renegociadas no curso normal dos negócios	9.635.637	16.405.220
Operações reestruturadas	1.026.962	3.051.755
Total de operações renegociadas em 31/12/2025	10.662.599	19.456.976
Operações reestruturadas como porcentagem do total	9,63%	15,68%

viii. Recuperação de Crédito baixados para prejuízo

Banco

Entre 1º de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025, o Banco reconheceu receita de recuperação de créditos baixados para prejuízo no montante de R\$ 171.151.

Consolidado

Entre 1º de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025, o Grupo BTG Pactual reconheceu receita de recuperação de créditos baixados para prejuízo no montante de R\$ 629.856.

b. Títulos com característica de concessão de crédito

i. Resumo por classe

	Banco	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
	Saldo	Saldo
Custo Amortizado		
Cédula de Produto Rural	10.926.138	(123.077)
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	179.608	(938)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	677.330	(2.000)
Corporate Bond	1.467.832	(10.445)
Depéntures	6.252.749	(411.445)
Letra Financeira	58.650	(502)
Notas Comerciais	11.847.624	(623.106)
Subtotal	31.409.931	(1.171.513)
Ajuste ao valor de mercado (i)	(811)	
Total de Títulos e Valores Mobiliários	31.409.120	(1.171.513)

(i) Refere-se à marcação a mercado dos objetos de hedge contábil.

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



ii. Por nível de risco e por prazo de vencimento

Banco	31/12/2025			
Nível de risco	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Contratos vencidos	-	19.428	85.303	104.731
Contratos a vencer				
A vencer de 1 a 30 dias	765.186	59.143	-	824.329
A vencer de 31 a 90 dias	526.753	2.363	-	529.116
A vencer 91 a 180 dias	365.459	46.712	-	412.171
A vencer de 181 a 360 dias	2.546.413	121.206	21.662	2.689.281
A vencer acima de 361 dias	24.932.402	1.379.147	538.754	26.850.303
Total	29.136.213	1.627.999	645.719	31.409.931
PDD	(498.841)	(418.367)	(254.305)	(1.171.513)

Consolidado	31/12/2025			
Nível de risco	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Contratos vencidos	-	19.428	85.303	104.731
Contratos a vencer				
A vencer de 1 a 30 dias	765.186	59.143	-	824.329
A vencer de 31 a 90 dias	376.164	2.363	-	378.527
A vencer 91 a 180 dias	365.459	46.712	-	412.171
A vencer de 181 a 360 dias	2.546.413	121.206	21.662	2.689.281
A vencer acima de 361 dias	24.932.402	1.379.147	538.754	26.850.303
Total	28.985.624	1.627.999	645.719	31.259.342
PDD	(498.680)	(418.367)	(254.305)	(1.171.352)

iii. Movimentação do valor contábil bruto e da perda esperada das operações com características de concessão de crédito

Resumo	Banco	Consolidado
	Saldo	Provisão
Saldo no início do período	26.840.304	590.023
Entradas / Saídas	4.569.627	-
Constituição / (Reversão)	-	581.490
Saldo em 31/12/2025	31.409.931	1.171.513

iv. Abertura por estágios

Estágio 1	Banco	Consolidado
	Saldo	Provisão
Saldo no início do período	26.445.148	494.709
Transferências para outros estágios		
Transferidos para o Estágio 2	(512.970)	(8.502)
Transferidos para o Estágio 3	(285.071)	(1.293)
Oriundos de outros estágios		
Oriundos do Estágio 2	23.119	622
Oriundos do Estágio 3	26	-
Entradas / Saídas	3.465.962	-
Constituição / (Reversão)	-	13.305
Saldo em 31/12/2025	29.136.213	498.841

Estágio 2	Banco	Consolidado
	Saldo	Provisão
Saldo no início do período	326.540	72.891
Transferências para outros estágios		
Transferidos para o Estágio 1	(23.119)	(622)
Transferidos para o Estágio 3	(10.857)	(2.945)
Oriundos de outros estágios		
Oriundos do Estágio 1	512.970	8.502
Oriundos do Estágio 3	8.552	470
Entradas / Saídas	813.913	-
Constituição / (Reversão)	-	340.071
Saldo em 31/12/2025	1.627.999	418.367

Estágio 3	Banco	Consolidado
	Saldo	Provisão
Saldo no início do período	68.616	22.423
Transferências para outros estágios		
Transferidos para o Estágio 1	(26)	-
Transferidos para o Estágio 2	(8.552)	(470)
Oriundos de outros estágios		
Oriundos do Estágio 1	285.071	1.293
Oriundos do Estágio 2	10.857	2.945
Entradas / Saídas	289.753	-
Constituição / (Reversão)	-	228.114
Saldo em 31/12/2025	645.719	254.305

v. Renegociação e reestruturação

	Banco	Consolidado
Operações renegociadas no curso normal dos negócios	1.326.374	1.326.374
Operações reestruturadas	510.023	510.023
Total de operações renegociadas em 31/12/2025	1.836.397	1.836.397
Operações reestruturadas como porcentagem do total	27,77%	27,77%

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



c. Garantias financeiras e compromissos de crédito a liberar

Banco

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco concedeu garantias financeiras por meio de avais e fianças no valor de R\$ 46.562.675. As provisões para perda relacionadas a estas posições, registradas no passivo, correspondem ao valor de R\$ 843.532.

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco tinha compromissos de crédito a liberar a clientes no valor de R\$ 11.540.986. As provisões para perda relacionadas a estas posições, registradas no passivo, correspondem ao valor de R\$ 50.715.

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo BTG Pactual concedeu garantias financeiras por meio de avais e fianças no valor de R\$ 50.096.655. As provisões para perda relacionadas a estas posições, registradas no passivo, correspondem ao valor de R\$ 880.462.

Em 31 de dezembro de 2025, havia compromissos de crédito a liberar no valor de R\$ 12.214.588. As provisões para perda relacionadas a estas posições, registradas no passivo, correspondem ao valor de R\$ 54.554.

d. Crédito Rural – Direcionamento de Recursos

No Plano Safra 2025/2026, a ser encerrado em 30 de junho de 2026, o Banco BTG Pactual estima/espera/projeta direcionar R\$ 10.320.837 para operações de crédito rural, valor correspondente às exigibilidades incidentes sobre o Valor Sujeito ao Recolhimento (VSR) e sobre as emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), considerando as alíquotas vigentes na data-base, de 31,5% e 60%, respectivamente.

Para o cumprimento dessas exigibilidades, o Banco utiliza os seguintes instrumentos: Cédula de Produtor Rural (CPR), Cédula de Crédito Bancário Rural (CCBR), Depósitos Interfinanceiros Rurais (DIR) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

Os custos diretos e indiretos associados ao atendimento dessas exigibilidades estão incorporados aos custos operacionais usuais relacionados aos instrumentos financeiros mencionados acima.

No exercício, não houve descumprimento das exigibilidades regulatórias e, consequentemente, não foram incorridos custos adicionais referentes a penalidades ou ajustes.

11. Demais ativos financeiros

	Banco 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Devedores diversos (i)	8.162.887	12.589.898
Negociação e intermediação de valores	7.052.199	15.342.427
Direitos sobre operações de energia	2.105.433	2.345.118
Sem característica de concessão de crédito	438.937	9.934.883
Dividendos e bonificações	4.337.971	145.600
Taxa de administração e performance de fundos e carteiras de investimentos	40.965	2.313.276
Serviços prestados a receber	46.300	600.767
Subtotal	22.184.692	43.271.969
(-) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	(282.374)	(282.374)
Total	21.902.318	42.989.595
Circulante	14.572.226	32.147.627
Não circulante	7.330.092	10.841.968

(i) No Banco, refere-se majoritariamente a valores a receber de controladas. No Consolidado, corresponde substancialmente a valores a receber decorrentes de vendas a prazo de estoques de commodities e mercadorias importadas.

12. Outros ativos

	Banco 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Depósitos judiciais	1.396.614	4.941.997
Impostos a compensar	550.848	3.478.434
Estoque e adiantamento a fornecedores	-	5.089.290
Despesas antecipadas	1.665.332	1.939.692
Outros	75.429	199.565
Total	3.688.223	15.648.978
Circulante	1.141.278	10.808.950
Não circulante	2.546.945	4.840.028

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



13. Participações em controladas, coligadas e empresas com controle compartilhado

Banco

	Patrimônio líquido ajustado (I) 31/12/2025	Controladas, coligadas e empresas com controle compartilhado	
		Lucro líquido / (Prejuízo) ajustado (I) 31/12/2025	Participação direta 31/12/2025
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	785.805	404.424	99,99%
BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	846.267	308.065	99,99%
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	232.593	336.001	99,99%
BTG Pactual Holding Participações S.A.	6.101.384	578.463	100,00%
BTG Pactual Holding Internacional S.A.	18.333.114	1.975.731	100,00%
BTG Pactual Holding de Seguros Ltda.	1.266.784	337.052	99,99%
BTG Pactual (Cayman) Internacional Holding Ltd.	1.783.871	415.220	100,00%
Banco Pan S.A.	7.119.871	854.714	00,00%
Banco Sistema S.A.	10.229.322	419.103	100,00%
Banco BESA S.A.	5.362.868	1.213.434	100,00%
BTG Pactual Commodities Sertrading S.A	12.387.641	1.046.772	100,00%
Enforce Gestão de Ativos S.A.	2.945.629	225.370	100,00%
Banco Nacional S.A.	9.540.634	3.110.422	96,92%
BTG Pactual Gestão e Consultoria de Investimentos Ltda.	1.191.035	114.263	71,97%
BTG Pactual Bancorp LLC	4.126.057	(736)	100,00%

(i) Considera eventuais ajustes de lucros ou prejuízos não realizados em transações entre a controladora e suas controladas.

Banco

	Saldo no inicio do periodo	Aquisição / Aporte / Transferência / (Vendas)	Movimentação dos investimentos			Ajuste de avaliação patrimonial 31/12/2025
			Dividendos / Juros sobre capital próprio	Resultado de Participação (ii)	Variação Cambial	
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	1.337.933	-	(956.753)	404.420	-	197
BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	1.778.647	-	(1.240.445)	308.065	-	-
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	1.055.345	-	(1.158.753)	336.001	-	232.593
BTG Pactual Holding Participações S.A.	2.260.462	3.262.456	-	578.463	(3)	6
BTG Pactual Holding Internacional S.A.	14.504.282	2.715.600	-	1.975.731	(795.858)	(6.641)
BTG Pactual Holding de Seguros Ltda.	1.209.942	-	(280.000)	337.052	-	(210)
BTG Pactual (Cayman) Internacional Holding Ltd.	1.541.931	-	-	415.220	(177.855)	4.575
Banco Pan S.A.	3.064.964	(3.544.008)	-	444.545	-	34.499
Banco Sistema S.A. (iv)	3.866.152	5.355.575	-	419.103	-	588.492
Banco BESA S.A.	4.393.477	-	(250.000)	1.213.434	-	5.957
BTG Pactual Commodities Sertrading S.A (iii)	11.340.869	-	-	1.046.772	-	12.387.641
Enforce Gestão de Ativos S.A.	2.745.032	-	(29.842)	225.370	-	5.069
Banco Nacional S.A.	5.959.851	836.232	(631.752)	2.851.635	-	9.247.076
BTG Pactual Gestão e Consultoria de Investimentos Ltda.	353.387	500.000	(78.434)	82.235	-	-
BTG Pactual Bancorp LLC	-	4.126.800	-	(736)	-	4.126.057
Outros (i)	8.516.770	4.702	(34.035)	1.541.739	(1.237)	23.936
Total	63.929.044	13.257.357	(4.660.014)	12.179.049	(974.953)	826.983
						84.557.466

(i) O saldo da rubrica em questão é composto pelos ágios pagos nas aquisições de sociedades (que são transferidos para o ativo intangível na consolidação do Banco), bem como os saldos referentes às seguintes participações: 96,59% BTG Pactual Gestora de Investimentos Alternativos Ltda., 100% Solutions Ltda., 100% ARC4 Gestão de Ativos S.A., 100% União Industrial Açucareira S.A., 100% BTG Pactual Investment Banking Ltda., 100% - Empíricus Research Publicações S.A., 100% - Vitreo DTVM S.A., 100% - Empíricus Gestão de Recursos Ltda., 90,31% BW Properties S.A., 100% BE OPs Services S.A., 70% Pris Software S.A., 49,90% EQI Investimentos CTVM S.A., 100% Concash Intermediação de Negócios e Participações Ltda., 99,99% BRE Assessoria de Investimentos Ltda., 100% Ali Crédito Pagamentos S.A., 50% JV BTG Senior Holding Não Financeira S.A., 100% BTG Pactual Tech Ltda., 100% Justa Soluções Financeiras S.A., 17,94% CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiros e de Capitais S.A., 49,90% LSMC Cursos e Treinamentos S.A., e 24,02% - Eneva.

(ii) Inclui ganhos decorrentes de variação de percentual de participação apurados na equivalência patrimonial do período.

(iii) Em abril de 2025, a BTG Pactual Commodities Sertrading S.A. incorporou reversamente sua controladora, ECTP Brasil S.A., passando a ser uma investida direta do Banco BTG Pactual S.A.

(iv) Em dezembro de 2025, o Banco Pan S.A. incorporou a totalidade de suas ações, antes do Banco BTG Pactual S.A., ao Banco Sistema S.A., sua investida direta que por sua vez, realizou a aquisição dos Minoritários, se tornando único acionista do Banco Pan S.A.

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Consolidado

	Patrimônio líquido 31/12/2025	Controladas, coligadas e empresas com controle compartilhado	
		Lucro líquido / (Prejuízo) 31/12/2025	Participação direta 31/12/2025
Too Seguros S.A.	612.264	470.846	51,00%
Pan Corretora S.A.	41.966	54.251	51,00%
LLZ Solução Cobrança S.A.	277.801	47.740	49,00%

Consolidado

	Saldo no início do período	Aquisição / Aporte / Transferência / (Vendas)	Movimentação dos investimentos			
			Dividendos / Juros sobre capital próprio	Resultado de Participação (ii)	Variação Cambial	Ajuste de avaliação patrimonial
Too Seguros S.A.	310.423	-	(238.427)	240.131	-	128
Pan Corretora S.A.	17.922	-	(24.187)	27.668	-	-
LLZ Solução Cobrança S.A.	99.868	12.861	-	23.393	-	136.122
Outros (i) (iii)	8.703.831	353.834	(403.327)	915.559	(268.234)	12.803
Total	9.132.044	366.695	(665.941)	1.206.751	(268.234)	12.931
						9.784.246

(i) O saldo da rubrica em questão é composto pelos saldos referentes às seguintes participações: 49.90% LSMC Cursos e Treinamentos S.A., 49.90% EQI Investimentos, 24.02% - Eneva, 35.50% - Meren Energy Inc., 17.94% CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiros e de Capitais S.A., 50% Polígono Holding S.A., 35.7% Systemica Inteligência em Sustentabilidade S.A., 40% Market Makers., e 50% Specialized Multifamily Partners GP.

(ii) Inclui ganhos decorrentes de variação de percentual de participação apurados na equivalência patrimonial do período.

(iii) Os investimentos em coligadas que são companhias abertas, no Brasil ou no exterior, são apresentados na rubrica de "Outros", uma vez que as informações relativas aos seus resultados devem ser divulgadas por meio de suas respectivas demonstrações financeiras e canais próprios de relacionamento com investidores, de forma a preservar a igualdade de acesso às informações pelo mercado. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a participação na entidade BTG Pactual Holding S.A.R.L. foi sucedida pelo investimento na Meren Energy Inc. (companhia listada no exterior, anteriormente denominada Africa Oil Corp.).

14. Ativo Imobilizado e Intangível

Banco	Movimentação do Imobilizado e Intangível				
	Saldo no início do período	Aquisições / transferência / Baixas	Amortizações / Depreciações (i)	Variação cambial	31/12/2025
Ativos Imobilizados					
Imóveis de uso	3.349	89	-	-	3.438
Outras imobilizações de uso	525.590	48.185	-	-	573.775
Depreciações acumuladas	(330.494)	(1.831)	(47.567)	-	(379.892)
Total	198.445	46.443	(47.567)	-	197.321
Ativos Intangíveis					
Custo	1.286.902	187.803	-	(2.309)	1.472.396
Amortização acumulada	(918.708)	(18.337)	(221.633)	2.309	(1.156.369)
Total	368.194	169.466	(221.633)	-	316.027

Consolidado	Movimentação do Imobilizado e Intangível				
	Saldo no início do período	Aquisições / transferência / Baixas	Amortizações / Depreciações (i)	Variação cambial	31/12/2025
Ativos Imobilizados					
Imóveis de uso	13.143	56.191	-	(10)	69.324
Outras imobilizações de uso	1.350.960	142.648	-	(19.540)	1.474.068
Depreciações acumuladas	(716.195)	64.554	(130.743)	9.957	(772.427)
Total	647.908	263.393	(130.743)	(9.593)	770.965
Ativos Intangíveis					
Custo	6.918.855	1.999.424	-	(28.730)	8.889.549
Amortização acumulada	(2.761.523)	(398.738)	(1.268.088)	20.509	(4.407.840)
Total	4.157.332	1.600.686	(1.268.088)	(8.221)	4.481.709

(i) O prazo médio de depreciação e amortização do imobilizado e intangível é de 5 anos.

O ágio pago na aquisição de sociedades está demonstrado na rubrica “Participação em Controladas, Coligadas e empresas com controle compartilhado” no Banco, sendo transferido para o ativo intangível no Consolidado.

15. Captações de recursos e obrigações por empréstimos e repasses

a. Depósitos

Banco	31/12/2025					
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos
Depósitos à vista	8.871.720	8.871.720	-	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	24.588.767	3.807.520	20.695.810	85.437	-	-
Depósitos a prazo	144.696.981	65.721.309	46.395.945	29.170.028	2.910.565	499.134
Subtotal	178.157.468	78.400.549	67.091.755	29.255.465	2.910.565	499.134
Ajuste ao valor de mercado (i)	(47.553)					
Total	178.109.915					

Consolidado	31/12/2025					
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos
Depósitos à vista	10.629.088	10.629.088	-	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	5.027.622	3.235.955	1.706.230	85.437	-	-
Depósitos a prazo	160.568.752	63.296.313	57.657.293	35.419.738	3.634.735	560.674
Subtotal	176.226.107	77.162.002	59.363.523	35.505.175	3.634.735	560.674
Ajuste ao valor de mercado (i)	(59.077)					
Total	176.167.030					

(i) Refere-se à marcação a mercado dos objetos de hedge contábil.

b. Captações no mercado aberto

As captações no mercado aberto têm lastro nos seguintes títulos:

Banco	31/12/2025					
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos
Carteira própria	147.193.941	133.527.577	5.060.121	4.276.663	1.309.787	3.019.792
Títulos públicos federais	127.480.359	122.714.159	1.080.764	258.213	923.367	2.503.857
Títulos privados	19.228.416	10.328.253	3.979.358	4.018.450	386.420	515.935
Títulos da dívida externa brasileira	485.165	485.165	-	-	-	-
Carteira de terceiros	28.387.702	28.387.702	-	-	-	-
Carteira livre movimentação	29.794.639	29.794.639	-	-	-	-
Total	205.376.282	191.709.918	5.060.121	4.276.663	1.309.787	3.019.792

Consolidado		31/12/2025				
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos
Carteira própria	150.478.095	141.452.619	4.553.522	2.112.608	1.307.465	1.051.881
Títulos públicos federais	117.036.189	115.204.014	1.080.764	38.570	-	712.841
Títulos privados	12.487.211	9.014.453	3.472.759	-	-	-
Títulos da dívida externa brasileira	20.954.695	17.234.152	-	2.074.038	1.307.465	339.040
Carteira de terceiros	19.866.958	17.822.811	-	2.044.147	-	-
Carteira livre movimentação	31.450.124	28.523.231	-	28.402	516.056	2.382.436
Total	201.795.177	187.798.660	4.553.522	4.185.157	1.823.521	3.434.317

c. Recursos de aceites e emissão de títulos

Banco		31/12/2025				
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos
Títulos e valores mobiliários – país	79.024.178	7.754.558	21.610.586	39.354.318	4.399.501	5.905.216
Letras financeiras	57.034.766	5.103.954	10.932.496	34.355.883	2.693.833	3.948.600
Letras de crédito imobiliários/agronegócio	16.244.991	2.533.199	10.004.784	2.839.434	277.757	589.817
Certificados de operações estruturadas	5.744.421	117.404	673.306	2.159.002	1.427.911	1.366.799
Títulos e valores mobiliários – exterior	12.993.579	2.386.336	856.451	1.544.283	6.153.539	2.052.969
Medium term notes	9.238.687	2.373.213	305.070	61.058	5.488.702	1.010.643
Credit - linked notes and others	3.754.892	13.123	551.381	1.483.224	664.838	1.042.326
Subtotal	92.017.757	10.140.894	22.467.037	40.898.601	10.553.040	7.958.185
Ajuste ao valor de mercado (i)	(611.521)					
Total	91.406.236					

Consolidado		31/12/2025				
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos
Títulos e valores mobiliários – país	104.962.576	12.405.684	25.106.765	45.510.655	9.762.176	12.177.297
Letras financeiras	68.127.118	9.755.309	14.429.198	36.943.907	3.056.680	3.942.023
Letras de crédito imobiliários/agronegócio	16.244.162	2.532.960	10.004.260	2.839.369	277.757	589.817
Certificados de operações estruturadas	5.737.395	117.415	673.306	2.151.964	1.427.911	1.366.799
Certificados de recebíveis do agronegócio	4.958.476	-	-	3.575.414	1.383.062	-
Certificados de direitos creditórios do agronegócio	8.888.743	-	-	-	3.616.766	5.271.978
Débêntures	1.006.680	-	-	-	-	1.006.680
Títulos e valores mobiliários – exterior	14.546.713	2.610.236	933.428	2.468.402	6.613.945	1.920.702
Medium term notes	13.142.590	2.597.113	547.567	2.282.907	6.318.804	1.396.199
Credit - linked notes and others	1.404.123	13.123	385.862	185.495	295.141	524.503
Subtotal	119.509.289	15.015.920	26.040.193	47.979.057	16.376.120	14.097.999
Ajuste ao valor de mercado (i)	(684.924)					
Total	118.824.365					

(i) Refere-se à marcação a mercado dos objetos de hedge contábil.

d. Obrigações por empréstimos e repasses

Banco		31/12/2025				
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos
Empréstimos no exterior	30.931.888	9.408.489	11.017.158	8.408.864	709.530	1.387.847
Obrigações em moedas estrangeiras	3.646.190	2.659.045	489.810	-	-	497.335
Obrigações por empréstimos no exterior	27.285.698	6.749.444	10.527.348	8.408.864	709.530	890.511
Empréstimos e repasses no país	10.513.872	102	332.292	126.591	656.289	9.398.598
Operações de arrendamento	15.277	-	-	1.216	14.061	-
Subtotal	41.461.036	9.408.591	11.349.450	8.536.670	1.379.880	10.786.444
Ajuste ao valor de mercado (i)	(178.885)					
Total	41.282.151					

Consolidado		31/12/2025				
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos
Empréstimos no exterior	33.783.648	9.817.442	11.548.567	10.060.387	709.530	1.647.722
Obrigações em moedas estrangeiras	3.740.731	2.659.057	489.810	-	-	591.865
Obrigações por empréstimos no exterior	30.042.917	7.158.385	11.058.757	10.060.387	709.530	1.055.857
Empréstimos e repasses no país	10.573.664	3.833	332.292	182.652	656.289	9.398.598
Operações de arrendamento	744.468	-	-	1.216	14.061	729.192
Subtotal	45.101.780	9.821.275	11.880.859	10.244.255	1.379.880	11.775.511
Ajuste ao valor de mercado (i)	(178.885)					
Total	44.922.895					

(i) Refere-se à marcação a mercado dos objetos de hedge contábil.

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



e. Dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital

Banco	Nome do papel - moeda original	Valor Principal (moeda original)	Emissão	Vencimento	Remuneração ao ano	Saldo contábil em 31/12/2025
	Letras financeiras subordinadas elegíveis a capital - R\$ (i)	17.731.894	11/02/2019 até 31/12/2025	De 23/01/2026 até 03/09/2035	100% a 120% DI	17.731.894
	Letras financeiras subordinadas elegíveis a capital - R\$	6.536.006	01/04/2022 até 31/12/2025	Perpétuo	100% a 120% DI	6.536.006
	Subtotal					24.267.900
	Ajuste ao valor de mercado (ii)					(620.968)
	Total					23.646.932

Consolidado	Nome do papel - moeda original	Valor Principal (moeda original)	Emissão	Vencimento	Remuneração ao ano	Saldo contábil em 31/12/2025
	Letras financeiras subordinadas elegíveis a capital - R\$ (i)	17.731.110	11/02/2019 até 31/12/2025	De 23/01/2026 até 03/09/2035	100% a 140% DI	17.731.110
	Letras financeiras subordinadas elegíveis a capital - R\$	6.536.006	01/04/2022 até 31/12/2025	Perpétuo	100% a 120% DI	6.536.006
	Notas subordinadas - CLP	327.609.413	16/01/2019 até 14/11/2025	01/11/2028 até 01/10/2035	2,25 a 3,60%	2.001.693
	Subtotal					26.268.809
	Ajuste ao valor de mercado (ii)					(620.968)
	Total					25.647.841

(i) Letras Financeiras possuem data de emissão, vencimentos, taxas e valor principal distintos, com amortizações semestrais.

(ii) Considera os ajustes a valor de mercado dos objetos de hedge contábil de valor justo.

16. Outras obrigações

a. Sociais e estatutárias

	Banco	31/12/2025
Dividendos e bonificações a pagar		2.289.898
Participações nos lucros / Gratificações de funcionários		1.818.000
Total	4.107.898	
Circulante		4.107.898
Não circulante		-

	Consolidado	31/12/2025
		2.319.095
		3.610.287
	5.929.382	
	5.929.382	-

b. Fiscais e previdenciárias

	Banco	31/12/2025
Impostos e contribuições a recolher		270.813
Impostos e contribuições a pagar		309.444
Total	580.257	
Circulante		580.257
Não circulante		-

	Consolidado	31/12/2025
		1.010.123
		3.701.913
	4.712.036	
	4.228.735	
	483.301	

c. Diversas

	Banco	31/12/2025
Negociação e intermediação de valores		4.155.567
Provisão para pagamentos a efetuar		240.404
Credores diversos e Receitas antecipadas (i)		6.187.369
Total	10.583.340	
Circulante		7.412.633
Não circulante		3.170.707

	Consolidado	31/12/2025
		20.359.005
		2.559.573
		66.614.542
	89.533.120	
	79.191.708	
	10.341.412	

(i) No Consolidado, corresponde substancialmente a provisões matemáticas de benefícios a conceder a participantes de planos de previdência.

17. Provisões e passivos contingentes

A Administração do Banco avalia as obrigações das empresas do Grupo BTG Pactual e constitui provisão sempre que considerar como provável a saída de recursos para quitar as obrigações presentes (legais ou não formalizadas) de prazos ou de valores incertos. No julgamento da Administração para determinar a expectativa de perdas são levadas em consideração, inclusive, as interpretações de seus assessores jurídicos externos.

a. Provisões

i. Tributárias

As provisões para processos fiscais e previdenciários são decorrentes de processos judiciais relacionados a tributos federais e municipais. Sua constituição é baseada na probabilidade de saída de recursos para pagamento das obrigações, considerando também a opinião de consultores jurídicos externos e a instância em que se encontra cada um dos processos, além do histórico de julgamentos nas instâncias superiores.

ii. Cíveis

Nas ações cíveis com potencial de perda (danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios), os valores das contingências são provisionados com base na probabilidade de saída de recursos para o pagamento, tendo o parecer de consultores jurídicos externos como uma das fontes para a estimativa.

iii. Trabalhistas

São compostas por demandas judiciais de ex-colaboradores, constituídas principalmente por pedidos de horas extras e de equiparação salarial. Os valores das provisões são estimados de acordo com análise do valor potencial de perda, considerando, entre outros, o estágio do processo e pareceres de consultores jurídicos externos.

b. Composição e movimentação das provisões

As provisões constituídas no início e fim do período e as respectivas movimentações podem ser assim demonstradas em 31 de dezembro de 2025:

Banco	31/12/2025			Cível	Trabalhista	Total
	Obrigações Legais	Tributária	Ações Fiscais e Previdenciárias	Total		
Saldo no início do exercício	1.311.056	734	1.311.790	118.052	45.504	1.475.346
Constituição / Reversão (ii)	187.205	530.124	717.329	23.435	35.813	776.577
Baixa	-	-	-	(7.467)	(7.670)	(15.137)
Saldo no final do exercício	1.498.261	530.858	2.029.119	134.020	73.647	2.236.786

Consolidado	31/12/2025			Cível (i)	Trabalhista	
	Obrigações Legais	Tributária	Ações Fiscais e Previdenciárias	Total		
Saldo no início do período	1.423.635	2.769.751	4.193.386	2.786.592	125.781	7.105.759
Incorporação de saldo (iii)	38.893	41.325	80.218	6.745	5.536	92.499
Constituição / Reversão (ii)/(iv)	240.377	242.712	483.089	789.078	130.498	1.402.665
Baixa	(20.060)	-	(20.060)	(632.806)	(69.316)	(722.182)
Saldo no final do período	1.682.845	3.053.788	4.736.633	2.949.609	192.499	7.878.741

- (i) Considera em 31 de dezembro de 2025, provisão para outros riscos não litigiosos no montante de R\$ 764.573 Deste montante, R\$ 2.404 decorrem de constituições/reversões.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a rubrica contempla R\$ 530.082 (Individual) e R\$ 534.670 (Consolidado) referentes a provisões registradas em contrapartida da respectiva linha do tributo.
- (iii) Saldos decorrentes substancialmente da combinação de negócios da Julius Baer.
- (iv) Considera em 31 de dezembro de 2025, reembolsos relativos às contingências cíveis no montante de R\$ 56.083.

i. Tributos com exigibilidade suspensa e outros passivos tributários

O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns impostos e contribuições, inclusive autos de infração fiscal, os valores das obrigações presentes (legais ou não formalizadas) considerados com base inclusive em interpretações de assessores jurídicos externos como provável saída de recursos estão provisionados nos montantes que a Administração considera adequados para cobrir perdas futuras. Entre as referidas discussões judiciais, destacamos o processo que envolve a legalidade da cobrança da COFINS em conformidade com as regras estabelecidas na Lei nº 9.718/1998, bem como os seguintes processos judiciais abaixo, cuja provisão foi constituída em dezembro de 2025:

- Em dezembro de 2015, foi recebido auto de infração, referente aos anos de 2010 e 2011, em que autoridade fiscal considerou indevido o aproveitamento do ágio gerado nas operações de aquisição do Banco pelo UBS, realizada em 2006, bem como na recompra do Banco pelo BTG, em 2009. Em dezembro de 2023, o CARF manteve parcialmente a referida autuação no montante de R\$ 127 milhões. Atualmente, a discussão encontra-se no judiciário, e aguarda julgamento na segunda instância.
- Em dezembro de 2017, foi recebido auto de infração, referente a 2012, em que foi considerado indevido o aproveitamento do ágio gerado nas operações de aquisição do Banco pelo UBS realizada em 2006, o ágio referente à recompra do Banco pelo BTG em 2009 e o ágio gerado na subscrição privada de ações realizada por investidores através da Companhia Copa Prince ("Ágio Copa") em 2011. Em março de 2024, foi julgado favorável os ágios decorrentes das operações de aquisição do Banco pelo UBS em 2006 e da subscrição privada de ações realizada por investidores através da Companhia Copa Prince ("Ágio Copa") em 2011.

Relativamente ao ágio gerado na recompra do Banco pelo BTG em 2009, o débito foi pago, com base em decisão unicamente financeira, com as benesses da Lei nº 14.689/23 e utilização de prejuízos fiscais. Atualmente, remanesce no judiciário a discussão acerca da glosa do prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 509 milhões.

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco figurava como parte em processos tributários com probabilidade de êxito possível, os quais não estão provisionados, de acordo com as normas contábeis vigentes (CPC 25). A seguir, consta a descrição dos processos relevantes.

- Processos relativos ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), em que se discute suposta incidência de contribuição previdenciária e a sua dedutibilidade da base de cálculo do IRPJ e CSLL. O valor envolvido é de R\$ 497 milhões. Parte desse valor conta com garantia por cláusula de indenização, uma vez que se refere ao período anterior à aquisição do Banco pelos atuais controladores. Em junho de 2025, houve a adesão à Transação Tributária prevista no Edital nº 27/2024, programa que permitiu o pagamento com desconto de 65% e a utilização de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL.
- Processo relativo à desmutualização e ao IPO da Bovespa e da BM&F, em que se discute a tributação de PIS e Cofins sobre receitas auferidas na alienação das ações das referidas sociedades. O valor envolvido é de R\$ 60 milhões e conta também com garantia por cláusula de indenização, uma vez que se refere ao período anterior à aquisição do Banco pelos atuais controladores.
- Em dezembro de 2017, o Banco recebeu auto de infração em que se discute uma suposta insuficiência de recolhimento de PIS e COFINS e impõe multa isolada, referente a 2012, no valor de R\$ 251 milhões. Em outubro de 2024, a segunda instância administrativa proferiu decisão parcialmente favorável ao Banco, reduzindo o débito para R\$ 134 milhões aguarda julgamento na segunda instância.
- Em dezembro de 2017, o Banco recebeu auto de infração que visa à cobrança de Imposto de Renda sobre o suposto ganho de capital na incorporação de sociedades, ocasião em que a One Properties foi incorporada pela BR Properties, no valor de R\$ 1.539 milhões. Em outubro de 2025, foi proferida decisão de segunda instância desfavorável. Contra essa decisão, foi interposto Embargos de Declaração, que aguardam julgamento.
- Em dezembro de 2018, foi recebido um auto de infração no valor de R\$ 629 milhões, referente a 2013, que discute o ágio gerado nas operações de recompra do Banco pelo BTG em 2009 e de subscrição privada de ações realizada por investidores através da Companhia Copa Prince ("Ágio Copa") em 2011. Foi apresentada defesa contra essa autuação que aguarda decisão de segunda instância administrativa. Por fim, em fevereiro de 2019, foi recebido auto de infração no valor de R\$ 379 milhões, referente a 2014, do aproveitamento de ágio gerado nas operações de recompra do Banco pelo BTG em 2009 e de subscrição privada de ações realizada por investidores através da Companhia Copa Prince ("Ágio Copa") em 2011. Contra essa atuação foi apresentada defesa, que aguarda julgamento na segunda instância administrativa.
- Em dezembro de 2018, a BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda ("Gestora"), controlada indireta do Banco, recebeu auto de infração totalizando o valor de R\$ 133 milhões, referente aos anos de 2013 e 2014, acerca do ágio amortizado gerado na aquisição da BFRE em 2012. Em setembro de 2025, foi proferida decisão de segunda instância parcialmente favorável. Contra essa decisão, foi interposto Embargos de Declaração, que aguardam julgamento.
- Em setembro de 2019, na condição de responsável solidário do Banco Sistema S/A ("Banco Sistema"), o Banco recebeu auto de infração que visa à cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, totalizando R\$ 4.443 milhões, referente à aquisição do Banco Bamerindus do Brasil (atual Banco Sistema) em 2014. Em outubro de 2019, foi apresentada defesa em primeira instância administrativa que, em abril de 2020, foi julgada parcialmente procedente, reduzindo em 98% o valor da autuação. Contra a parte desfavorável da decisão, foi interposto recurso para a segunda instância administrativa. Em maio de 2024, o CARF julgou parcialmente procedente a autuação fiscal, sendo a parcela favorável definitiva. Aguarda julgamento do Recurso Especial. Atualmente, o saldo remanescente discutido é de R\$ 81 milhões. Em caso de decisão desfavorável definitiva haverá reflexos no saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL utilizados para pagamento do PERT, em 2017, no montante de R\$ 1.499 milhões. Em razão do prognóstico atribuído pelos

advogados, o Banco não constituiu qualquer provisão em suas demonstrações financeiras individuais. Além disso, a Administração não espera incorrer em qualquer perda relacionada ao tema.

- Em março de 2020, o Banco recebeu auto de infração que visa à cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre o ganho de capital na venda das ações da Rede D'or, em 2015, no valor de R\$ 824 milhões. Em setembro de 2024, foi proferida decisão desfavorável em segunda instância administrativa. Contra essa decisão, foi interposto recurso especial, ao qual foi negado seguimento em agosto de 2025. A discussão seguirá na esfera judicial.
- Em julho de 2021, na condição de responsável solidário, o Banco recebeu auto de infração de IRRF supostamente devido sobre os rendimentos distribuídos a cotistas de fundo de investimento, no valor de R\$ 496 milhões. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo que aguarda julgamento.
- Em 2023, na condição de responsável solidário por Fundo de Investimento Imobiliário - FIIs, a BTG Pactual Serviços Financeiros S/A ("PSF") recebeu autos de infração que visam à cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS e multas por descumprimento de obrigação acessória, totalizando R\$ 914 milhões, referente ao enquadramento dos fundos como pessoa jurídica, nos moldes da Lei 9.779/99. Contra as autuações foram apresentadas defesas. Em razão do prognóstico atribuído pelos advogados, a PSF não constituiu qualquer provisão em suas demonstrações financeiras individuais.
- Em julho de 2023, a Sertrading (ex-ECTP) recebeu auto de infração de multa aduaneira no valor de R\$ 144 milhões. Contra essa infração, foi apresentado recurso que aguarda julgamento.
- A Sertrading recebeu autos de infração da Secretaria da Receita Federal, no montante de R\$164 milhões, por não concordar com a classificação fiscal (NCM) utilizada no processo de desembarque de mercadorias. Também discute, no montante de 70 milhões, a diferença de tributos por conta do certificado de origem e há discussões de PIS e COFINS, no montante de 68 milhões, sobre a importação de produtos devido a questionamento do fisco federal relacionado a descrição da mercadoria. Contra essas infrações, foram apresentados recursos que aguardam julgamento. Processos sem risco para a Companhia, respaldado por contrato com terceiros.
- O Banco possui processos administrativos que discutem o aproveitamento do imposto pago no exterior no valor de R\$ 501 milhões. Contra os referidos processos, foi apresentado recurso administrativo que aguarda julgamento.
- Em novembro de 2024, o Banco teve ciência do Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica, no valor de R\$ 98 milhões, referente ao passivo tributário da Pharma S/A ("BR Pharma"). Foi apresentada contestação, que ainda aguarda julgamento. Com base no prognóstico dos advogados, o Banco não realizou qualquer provisão em suas demonstrações financeiras individuais. Ademais, a Administração não espera incorrer em qualquer perda relacionada ao tema.
- IRPJ/CSLL – Dedutibilidade de Perdas em Operações de Crédito e outras despesas operacionais, referente aos anos calendários de 2007 a 2017. Em dezembro de 2025, os valores relacionados a esses processos no Banco Pan totalizam aproximadamente R\$ 782 milhões.
- IRPJ/CSLL – Dedutibilidade dos ágios pagos na aquisição de participações societárias amortizados nos anos calendário 2015 a 2017. Em dezembro de 2025, o valor relacionado a esses processos no Banco Pan totaliza aproximadamente R\$ 30 milhões.
- PIS/COFINS – Dedutibilidade de despesas de Swap da base de cálculo, referente ao ano calendário de 2010. Em dezembro de 2025, o valor relacionado a esse processo no Banco Pan totaliza aproximadamente R\$ 6 milhões.
- PIS/COFINS – Dedutibilidade de despesas de comissões pagos aos correspondentes bancários e de perdas em venda ou transferência de ativos financeiros, referente aos anos calendários de 2017 e 2019. Em dezembro de 2025, o valor relacionado a esse processo no Banco Pan totaliza aproximadamente R\$ 426,8 milhões.

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



- INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) dos anos calendários de 2012, 2013, 2017 e 2020. Em setembro de 2025, os valores relacionados a esses processos no Banco Pan totalizam aproximadamente R\$ 43 milhões. Em junho de 2025, houve a adesão à Transação Tributária prevista no Edital nº 27/2024, programa que permitiu o pagamento com desconto de 65% e a utilização de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL.
- Compensações não homologadas - Indeferimento de pedidos de compensações decorrentes de pagamentos a maior ou indevidos. Em dezembro de 2025, os valores relacionados a esses processos no Banco Pan totalizam aproximadamente R\$ 77,2 milhões.
- Demais discussões pulverizadas na carteira e classificadas com prognóstico de perda possível - Trata-se de débitos oriundos de cobranças de IPVA, Multas de Trânsito, ISS, IPTU, Taxas ITBI, dentre outros. Em dezembro de 2025, os valores relacionados a esses processos no Banco Pan totalizam aproximadamente R\$ 73,2 milhões.

ii. Demais contingências (cíveis, trabalhistas e outros)

- Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo BTG figurava como parte em processos cíveis com probabilidade de êxito possível, razão pela qual não estão provisionados na contabilidade. O saldo dos processos cíveis classificados como possível totalizou R\$ 1.331.574 no Banco e R\$ 4.153.992 no Consolidado.

18. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de IRPJ e de CSLL com o produto da alíquota fiscal sobre o lucro antes dos tributos devidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é demonstrada a seguir:

Base de cálculo	Banco	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	15.411.600	18.722.361
(Inclusões) / exclusões no cálculo da tributação	(6.935.220)	(8.425.063)
Resultado de equivalência patrimonial	5.080.235	376.017
Ganho / (Perda) cambial sobre investimentos no exterior	840	840
Juros sobre capital próprio	2.391.749	2.742.901
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(316.900)	(543.793)
Dividendos	120.226	123.539
Resultado da avaliação a mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	(118.015)	(995.139)
Outras despesas indedutíveis líquidas de receitas tributárias	(977.286)	1.543.548
Despesa de Imposto de renda e contribuição social	(754.371)	(5.177.150)
Impostos diferidos	1.289.820	2.401.839
Total de despesa	535.449	(2.775.311)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão constituídos e registrados de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, levando em consideração o período de realização.

A movimentação dos ativos fiscais diferidos, podem ser assim demonstrados:

Banco	Saldo no início do período	Constituição	Realização	31/12/2025
Imposto de renda e contribuição social				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.947.271	389.526	-	2.336.797
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	380.163	312.542	-	692.705
Contingências fiscais e provisões para tributos com exigibilidade suspensa	249.272	5.220	-	254.492
Juros sobre capital próprio	254.250		(254.250)	-
Outras diferenças temporárias	1.225.424	1.108.643	-	2.334.067
Total	4.056.380	1.815.931	(254.250)	5.618.061
Consolidado	Saldo no início do período	Constituição	Realização	31/12/2025
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízos fiscais de IR e base negativa de CSLL	1.346.878	-	(154.920)	1.191.958
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.862.033	1.160.484	-	5.022.517
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	750.989	304.404	-	1.055.393
Contingências fiscais e provisões para tributos com exigibilidade suspensa	320.612	50.349	-	370.961
Juros sobre capital próprio	254.250	-	(254.250)	-
Outras diferenças temporárias	2.718.204	1.977.695	-	4.695.899
Total	9.252.966	3.492.932	(409.170)	12.336.728

A rubrica Ativos Fiscais Diferidos registra créditos tributários se refere ao PIS e à COFINS diferidos no montante de R\$ 161.627 no Banco e de R\$ 173.072 no Consolidado.

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A seguir, é apresentada a composição do valor presente dos créditos tributários, tendo em conta a expectativa para a realização dos ativos fiscais diferidos:

Banco	Créditos tributários sobre diferenças temporárias	Prejuízo e base negativa	Total
2026	2.027.163	-	2.027.163
2027	653.153	-	653.153
2028	653.153	-	653.153
2029	653.153	-	653.153
2030	697.451	-	697.451
A partir de 2031 (ii)	933.988	-	933.988
Total	5.618.061	-	5.618.061
Valor presente	3.884.673	-	3.884.673

Consolidado	Créditos tributários sobre diferenças temporárias	Prejuízo e base negativa	Total (i)
2026	2.561.864	290.245	2.852.109
2027	1.897.479	183.989	2.081.468
2028	1.303.796	99.249	1.403.045
2029	1.072.087	84.041	1.156.128
2030	1.050.866	105.028	1.155.894
A partir de 2031 (ii)	3.273.012	415.072	3.688.084
Total	11.159.104	1.177.624	12.336.728
Valor presente	7.297.987	769.878	8.067.865

(i) O Banco Pan S.A., empresa controlada e consolidada nas demonstrações financeiras, possui um saldo de crédito tributário de R\$ 4.2 bilhões, reconhecidos com base em estudo do cenário atual e futuro aprovado por sua Administração.

(ii) A abertura refere-se ao período de 2031 a 2034.

A análise realizada já reflete os impactos das alterações trazidas pelos normativos Lei 14.467/2022 e MP 1.261/2024, com vigência a partir de janeiro de 2025.

Há obrigações fiscais diferidas no montante de R\$ 5.987 no Banco e de R\$ 1.541.832 no Consolidado.

19. Patrimônio líquido

a. Capital social e reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 11.670.063.466 ações, sendo 7.298.813.414 ações ordinárias, 2.973.824.692 ações preferenciais classe A e 1.397.425.360 ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

As ações ordinárias propiciam aos respectivos detentores o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral do Banco e participarão, em igualdade de condições com as ações preferenciais Classe A e as ações preferenciais Classe B, na distribuição dos lucros.

Os titulares das ações preferenciais Classe A e B têm direito a voto restrito, mas terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e participarão, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de lucros.

As ações preferenciais Classe A conferem aos respectivos detentores o direito de serem incluídos em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de Alienação de Controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao Acionista Controlador Alienante.

As ações preferenciais Classe B serão conversíveis em ações ordinárias, mediante simples pedido por escrito de seu titular ou do Banco, sem a necessidade de deliberação e de reunião de conselho ou de acionistas, desde que (i) tal conversão ocorra por ocasião da emissão de novas ações pelo Banco, dentro ou não do limite do capital autorizado (salvo se o acionista que a converter seja a BTG Pactual Holding S.A.) (ii) após a conversão, a BTG Pactual Holding S.A. (ou a sociedade que venha a lhe suceder a qualquer título, inclusive por força de incorporação, fusão, cisão ou outro tipo de reorganização societária) continue detendo, direta ou indiretamente, mais de 50% das ações ordinárias de emissão do Banco e (iii) seja sempre observado o acordo de acionistas do Banco. Essas ações serão conversíveis em ações preferenciais Classe A, a pedido de seu titular, e desde que (i) o Banco seja uma companhia aberta com suas ações listadas em bolsa de valores e (ii) seja sempre observado o Acordo de Acionistas do Banco. As ações preferenciais Classe B têm direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição em decorrência de eventual alienação de controle do Banco, ao mesmo preço e às mesmas condições.

i. Alterações estatutárias

Em 9 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou, com base no Laudo de Avaliação das Ações do Banco Sistema, a incorporação de ações do Banco Sistema, com a consequente incorporação ao patrimônio do Banco BTG Pactual S.A. do montante de R\$ 1.647.017, dos quais R\$ 164.702 foram destinados ao capital social e R\$ 1.482.315 à reserva de capital. Em decorrência da aprovação da incorporação de ações do Banco Sistema, a quantidade total de ações de emissão da Companhia passou a ser de 11.667.859.309 ações, sendo 7.298.078.695 ações ordinárias, 2.972.355.254 ações preferenciais classe A e 1.397.425.360 ações preferenciais classe B, todas escriturais e sem valor nominal, ressalvados eventuais ajustes na relação de troca aplicável à operação com o Banco Sistema.

Em 22 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social do Banco no montante de R\$ 46.411.104, mediante a capitalização do saldo de reservas de lucros, sem emissão de novas ações e sem alteração da quantidade de ações de emissão da Companhia.

Em 12 de janeiro de 2026, em decorrência do ajuste na relação de troca referente à operação com o Banco PAN, foram emitidas 54.647.846 Units, representativas de 54.647.846 ações ordinárias e 109.295.692 ações preferenciais classe A, a serem entregues aos acionistas originários do Banco PAN. Em função dessa emissão, o capital social do Banco BTG Pactual S.A. passou a ser dividido em 11.670.063.466 ações, sendo 7.298.813.414 ações ordinárias, 2.973.824.692 ações preferenciais classe A e 1.397.425.360 ações preferenciais classe B, todas escriturais e sem valor nominal.

b. Ações em tesouraria

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco não realizou recompra ações em tesouraria vinculadas ao programa vigente.

c. Reserva legal

Constituída semestralmente à alíquota de 5% do lucro líquido do período, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social.

d. Reserva estatutária

De acordo com o Estatuto, essa reserva tem por finalidade a manutenção de capital de giro, e o seu montante está limitado ao saldo do capital social.

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica contempla os saldos a seguir:

Banco e Consolidado	31/12/2025
Reserva de imposto sobre patrimônio líquido (BTGP Lux Holding S.A.)	29.454
Outras reservas estatutárias	3.541.453
Total da reserva estatutária	3.570.907

Em 2019, após o encerramento das empresas Banco BTG Pactual S.A., Luxembourg Branch e BTG Lux Holding S.A., foram constituídas reservas de imposto sobre o patrimônio líquido nos montantes equivalentes a USD 2.464 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil dólares) e USD 5.353 (cinco milhões, trezentos e cinquenta e três mil dólares), em relação a cada uma dessas empresas respectivamente. Essas reservas, constituídas nas referidas empresas, foram transferidas para o Banco quando de seus encerramentos. Tais reservas atendem a uma previsão da legislação tributária de Luxemburgo, que permite redução do imposto sobre patrimônio líquido, desde que a reserva seja composta por um valor igual a cinco vezes o imposto que seria devido, e não seja distribuída por um período de cinco anos. Sendo assim, a Administração não distribuiu por completo tais montantes até o fim de 2023 em relação à entidade Banco BTG Pactual S.A. Luxembourg Branch e mantém a intenção de não distribuir por completo, até março de 2028, para a empresa BTG Lux Holding S.A.

e. Reserva de lucros a realizar

Constituída em função do resultado não distribuído apurado em agência no exterior.

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



f. Distribuição de lucros

O Os acionistas têm direito à distribuição mínima de 1% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

Em 2024, o Banco deliberou o seguinte montante referente a juros sobre capital próprio:

(i) R\$ 1.550.000, equivalente a R\$0,13 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2024 e foram pagos em 15 de agosto de 2024.

(ii) R\$ 1.154.818, equivalente a R\$0,10 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2024, e foram pagos em 14 de fevereiro de 2025.

(iii) R\$ 565.000, equivalente a R\$0,04 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2024, e foram pagos em 14 de fevereiro de 2025.

Em 2025, o Banco deliberou o seguinte montante referente a juros sobre capital próprio:

(i) R\$ 2.300.000, equivalente a R\$ 0,20 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 05 de agosto de 2025, e foram pagos em 15 de agosto de 2025.

(ii) R\$ 1.884.999, equivalente a R\$ 0,16 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2025, e serão pagos em 13 de fevereiro de 2026.

(iii) R\$ 565.000, equivalente a R\$ 0,04 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 22 de dezembro de 2025, e serão pagos em 13 de fevereiro de 2026.

20. Receitas de prestação de serviços

	Banco	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Taxa de administração e prêmio de performance de fundos e carteiras de investimentos	693.410	3.758.938
Assessoria técnica	509.231	1.914.228
Corretagem e comissão de títulos	585.654	3.045.494
Rendas de garantias prestadas	753.787	755.095
Receitas com serviços prestados a pessoas físicas e outros serviços (i)	778.484	3.631.143
Total	3.320.566	13.104.898

(i) No consolidado, refere-se substancialmente a serviços prestados pelo Banco Pan, englobando receita de cartão de crédito, rendas de intermediação de seguros e rendas de tarifas.

21. Outros resultados operacionais

	Banco	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Atualização de valores a receber/pagar por venda de bens e direitos	(77.011)	(77.011)
Atualização monetária de depósitos judiciais e outros	100.726	310.760
Despesas com descontos concedidos	(7.826)	(594.884)
Despesas com operações de crédito cedidas	-	(1.117.289)
Amortização de ágio	(173.305)	-
Outros resultados operacionais	(1.240.876)	4.023.266
Ganhos na alienação de investimentos	118.623	118.851
Total	(1.279.669)	2.663.693

(i) Inclui resultados decorrentes da adesão ao Programa de Regularização Tributária, conforme previsto no Edital nº 27/2024, que, líquido dos efeitos tributários, resultou em impacto de R\$ (249.647).

22. Outras despesas administrativas

	Banco	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Serviços de terceiros e consultorias	(3.022.547)	(4.205.864)
Telecomunicações e processamento de dados	(532.218)	(1.797.974)
Locações e condomínios	(127.787)	(299.891)
Despesas do sistema financeiro	(372.930)	(1.486.644)
Propaganda e relações públicas	(299.867)	(622.781)
Depreciações e amortizações	(271.388)	(1.142.251)
Comissões a correspondentes bancários	-	(337.555)
Outros	(698.531)	(1.500.857)
Total	(5.325.268)	(11.393.817)

23. Despesas tributárias

	Banco	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
PIS/COFINS	(799.273)	(3.851.828)
ISS	(140.830)	(427.167)
IPI	-	(1.322.508)
ICMS	(74.307)	(406.155)
Outros	(24.286)	(97.576)
Total	(1.038.696)	(6.105.234)

24. Despesas de pessoal

	Banco	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Proventos	(898.991)	(2.668.358)
Benefícios	(338.297)	(639.038)
Encargos sociais	(279.480)	(599.485)
Total	(1.516.768)	(3.906.881)

25. Partes relacionadas

As instituições integrantes do Grupo BTG Pactual investem suas disponibilidades, primordialmente, em produtos de captação do Banco.

Os saldos das operações com partes relacionadas, inclusive operações de crédito, as quais são realizadas com base em taxas e em condições usuais de mercado, bem como em conformidade com os limites regulamentares, estão refletidos nas seguintes rubricas:

Banco	Prazo	Taxa	Ativos / (Passivos)			Outras Partes Relacionadas (ii)
			Controladores (i)	Controladas	Coligadas	
On-balance						
Aplicações interfinanceiras de liquidez	01/01/2026 até 05/11/2045	Pré 0.02% até 14% a.a. IPCA CDI	-	40.495.434	-	-
Títulos e valores mobiliários	01/01/2026 até 01/12/2056	Pré 1.83% até 15.7% a.a. IPCA + 3% até 12% a.a. CDI	-	4.599.979	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	01/01/2026 até 01/12/2053	Ações x CDI + Pré Ações x SOFR + Pré Moedas CDI x IPCA	-	7.257.824	-	15.786
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	01/01/2026 até 15/3/2055	Ações x CDI + Pré Ações x SOFR + Pré Moedas CDI x IPCA	-	(14.613.270)	-	(1.616.734)
Operações de crédito	01/01/2026 até 23/10/2045	IPCA 4,5% até 8,45% CDI + 1,5% até 4% a.a. SOFR + 2,36% a.a.	10.608	191.360	119.599	267.992
Outros ativos	Sem prazo	-	3.743	11.035.997	-	4.436
Outros passivos	Sem prazo	-	-	(702.148)	-	-
Depósitos	01/01/2026 até 09/12/2035	CDI. SOFR IPCA + 4,87% até 10,2% a.a.	(1)	(35.072.011)	-	(474.383)
Captações no mercado aberto	01/01/2026 até 10/10/2050	Pré 0,3% até 14,9% IPCA + 0% até 14,9% CDI	(56.064)	(27.197.418)	-	(2.148)
Recursos de aceites e emissão de títulos	01/01/2026 até 12/07/2049	Pré 6,5% até 15,97% CDI	(502.408)	(2.468.165)	-	-
Off-balance						
Garantias prestadas e limites	31/07/2028	-	1.616.340	-	-	3.296

Consolidado	Prazo	Taxa	Ativos / (Passivos)			Outras Partes Relacionadas (ii)
			Controladores (i)	Controladas	Coligadas	
On-balance						
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	01/01/2026 até 28/10/2041	Ações x CDI + Pré Ações x SOFR + Pré Moedas CDI x IPCA	-	-	-	15.786
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	01/01/2026 até 28/10/2041	Ações x CDI + Pré Ações x SOFR + Pré Moedas CDI x IPCA	-	-	-	(1.616.734)
Operações de crédito	01/01/2026 até 23/10/2045	IPCA 4.5% até 8.45% CDI + 1.5% até 4% a.a. SOFR + 2.36% a.a.	10.608	-	119.599	267.992
Outros ativos	Sem prazo	- CDI, SOFR IPCA + 4.87% até 10.2% a.a.	3.743	-	-	4.436
Depósitos	01/01/2026 até 09/12/2035	(1)	-	-	-	(474.383)
Captações no mercado aberto	01/01/2026 até 10/10/2050	Pré 0.3% até 14.9% IPCA + 0% até 14.9% CDI	(56.064)	-	-	(2.148)
Recursos de aceites e emissão de títulos	01/01/2026 até 12/07/2049	Pré 6.5% até 15.97% CDI	(502.408)	-	-	-
Off-balance						
Garantias prestadas e limites	31/07/2028	-	1.616.340	-	-	3.296
Banco						
			Receitas / (Despesas)			
			Controladores (i)	Controladas	Coligadas	Outras Partes Relacionadas (ii)
Aplicações interfinanceiras de liquidez		-	4.390.452	-	-	-
Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	3.678.801	-	-	272.506
Operações de crédito		824	33.326	22.693	-	69.808
Outros ativos		-	6.463	-	-	-
Outros passivos		-	(422.008)	-	-	-
Operações de captação no mercado		(156.356)	(5.154.763)	-	-	(12.809)
Consolidado						
			Receitas / (Despesas)			
			Controladores (i)	Controladas	Coligadas	Outras Partes Relacionadas (ii)
Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	272.506
Operações de crédito		824	-	22.693	-	69.808
Operações de captação no mercado		(156.356)	-	-	-	(12.809)

(i) Controladores (pessoas jurídicas e pessoas físicas)
 (ii) Pessoal chave e ligadas indiretas

As operações com partes relacionadas, inclusive operações de crédito, foram realizadas com base em taxas e em condições usuais de mercado.

Conforme divulgação no site de relações com investidores do Banco em 23 de dezembro de 2022 e em 08 de setembro de 2023, foram realizadas pelo Banco, aquisições de carteiras de crédito do Banco Pan S.A. ("Pan"), empresa controlada e consolidada nestas demonstrações financeiras. As transações são consideradas "neutras" para o BTG, visto que as operações de crédito cedidas pelo Pan já constavam das demonstrações financeiras consolidadas e, por isso, não afetam a posição patrimonial e o resultado do controlador.

Em 27 de dezembro de 2024, o Banco realizou a aquisição de determinados ativos e passivos detidos pela BTG Stigma LLC ("Stigma") e pelo Fundo de Investimento em Participações Turquesa ("FIP Turquesa"), empresas afiliadas à PPLA Investments L.P. (PPLA). O Banco e a PPLA possuem controladores indiretos comuns. O Banco já é investidor em parte dos ativos objeto da compra e venda, por essa razão está familiarizado com tais ativos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve a conclusão da transação após a superação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias.

A remuneração total paga ao pessoal chave da Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 20.106, a qual é considerada benefício de curto prazo.

26. Lucro por ação

	Banco e Consolidado
	31/12/2025
Lucro líquido do exercício	15.947.050
Média ponderada por lote de mil ações ordinárias em aberto no exercício	7.244.313
Média ponderada por lote de mil ações ordinárias em tesouraria	27.470
Lucro líquido por ação ordinária - básico	2,20
Lucro líquido por ação ordinária - diluído	2,21
Média ponderada por lote de mil ações preferenciais classe A em aberto no exercício	2.864.824
Média ponderada por lote de mil ações preferenciais classe A em tesouraria	54.939
Lucro líquido por ação preferencial classe A - básico	5,68
Lucro líquido por ação preferencial classe A - diluído	5,68
Média ponderada por lote de mil ações preferenciais classe B em aberto no exercício	1.397.425
Lucro líquido por ação preferencial classe B - básico e diluído	11,41
Média ponderada por lote de mil ações em aberto no exercício	11.506.563
Média ponderada por lote de mil ações em tesouraria	82.409
Lucro líquido por ação - Básico	1,40
Lucro líquido por ação - Diluído	1,40

27. Outras informações

a) Caixa e equivalente de caixa

	Banco	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2024
Saldos no início do exercício		
Disponibilidades	1.166.017	4.614.304
Aplicações no mercado aberto	93.904.493	92.059.243
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.742.129	5.852.300
Total	98.812.639	102.525.847
	31/12/2025	31/12/2025
Saldos no final do exercício		
Disponibilidades	2.482.711	5.577.129
Aplicações no mercado aberto	71.516.808	71.716.433
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.248.976	11.739.482
Total	78.248.495	89.033.044

b) Resultado não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020, apresentamos a seguir os efeitos dos eventos não recorrentes no período, líquidos dos impactos tributários:

- R\$ 473.845 referentes à amortização de ágio; e
- R\$ 249.647 referentes à adesão ao Programa de Transações Tributárias, conforme previsto no Edital nº 27/2024.

c) Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo

	31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	111.708.874	62.610.179	13.352.161	187.671.214
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	49.682.347	-	-	49.682.347
Derivativos	11.627.748	20.664.976	14.941.516	47.234.240
Passivo				
Derivativos	(11.941.555)	(27.461.365)	(14.421.687)	(53.824.607)
Consolidado				
31/12/2025				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	194.287.014	12.380.532	28.491.130	235.158.676
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	59.381.335	-	30.335	59.411.670
Derivativos	13.528.346	16.442.372	16.563.791	46.534.509
Passivo				
Derivativos	(13.766.861)	(15.362.220)	(16.208.232)	(45.337.313)

Demonstrações Financeiras Completas

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



d) Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Banco		31/12/2025	
		Valor Contábil	Valor Justo
Ativo			
Aplicações interfinanceiras de liquidez		119.474.555	119.474.555
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado		25.623.877	25.043.810
Operações de crédito		82.938.724	82.922.688
Títulos com característica de concessão de crédito		31.409.931	31.409.120
Passivo			
Depósitos		178.157.468	178.109.915
Captações no mercado aberto		205.376.282	205.376.282
Recursos de aceites e emissão de títulos		92.017.757	91.406.236
Obrigações por empréstimos e repasses		41.461.036	41.282.151
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital		24.267.900	23.646.932

Consolidado		31/12/2025	
		Valor Contábil	Valor Justo
Ativo			
Aplicações interfinanceiras de liquidez		90.736.599	90.736.599
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado		30.035.593	29.454.450
Operações de crédito		200.275.869	199.955.598
Títulos com característica de concessão de crédito		31.259.342	31.258.531
Passivo			
Depósitos		176.226.107	176.167.030
Captações no mercado aberto		201.795.177	201.795.177
Recursos de aceites e emissão de títulos		119.509.289	118.824.365
Obrigações por empréstimos e repasses		45.101.780	44.922.895
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital		26.268.809	25.647.841

28. Eventos subsequentes

Senior Notes

Em 27 de janeiro de 2026, o BTG Pactual emitiu Senior Notes (“Notas”), por meio de sua filial em Cayman Islands, no âmbito do *Global Medium Term Note Programme* cujos recursos líquidos serão utilizados no curso normal de negócios do Banco. A emissão das Notas foi no montante global nominal de US\$ 750.000 (setecentos e cinquenta milhões de dólares) à taxa fixa de 5,50% ao ano, com data de vencimento em 27 de janeiro de 2031. Os juros das Notas serão pagos semestralmente a partir de 27 de julho de 2027. As Notas serão listadas no *Official List* da Luxembourg Stock Exchange.

Letras Financeiras Subordinadas

Em janeiro de 2026, o BTG Pactual emitiu Letras Financeiras Subordinadas (“Letras Subordinadas”) no montante nominal agregado de R\$ 2.937.000, classificadas como Capital Nível II. As Letras Subordinadas possuem vencimento em 2036 e são remuneradas a taxa flutuante de CDI + 0,80% ao ano.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA SEGUNDO SEMESTRE DE 2025

O Comitê de Auditoria (Coaud ou Comitê) do Conglomerado Prudencial BTG Pactual (Conglomerado BTG), regularmente constituído por intermédio de sua instituição líder, o Banco BTG Pactual S.A. (BTG Pactual ou Banco), é órgão estatutário que atua em consonância com as disposições das Resoluções CMN nº 4.910 e CVM nº 23, ambas de 2021. É composto por três membros, tendo o seu funcionamento disciplinado pelo Regimento Interno e pelas demais normas referentes à sua atuação. Vale ressaltar que, entre as empresas do Conglomerado BTG, o BTG Pactual Chile dispõe de comitê de auditoria próprio de maneira a atender às normas locais, o qual atua de forma coordenada e integrada com este Comitê.

Atividades do Comitê

Entre os trabalhos de avaliação e de supervisão realizados no segundo semestre de 2025, o Comitê destaca, pela relevância, os seguintes:

- Acompanhamento do planejamento e da realização dos trabalhos da auditoria independente e da Auditoria Interna;
- Monitoramento da independência do auditor independente em relação às empresas do Conglomerado BTG;
- Revisão das demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, relativas ao 3º trimestre de 2025 e das demonstrações financeiras completas semestrais, individuais e consolidadas, elaboradas com data-base de 31.12.2025, inclusive com relação à integridade e à qualidade, previamente à avaliação pelo Conselho de Administração e à divulgação;
- Acompanhamento do funcionamento das estruturas e da efetividade controles internos;
- Acompanhamento da efetividade das estruturas unificadas de gerenciamento dos riscos a que as empresas do Conglomerado BTG estão expostas;
- Acompanhamento da atuação da Ouvidoria do BTG Pactual (única para o Conglomerado BTG), inclusive com relação à observância das normas que disciplinam a atuação das empresas do Conglomerado;
- Atuação coordenada com o Comitê de Riscos e Capital a respeito dos aspectos mais relevantes sobre o gerenciamento dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado, operacional, IRRBB, cibernético e RSAC (riscos social, ambiental e climático), entre outros, sobre os indicadores gerenciais e regulamentares e sobre a Declaração de Apetite por Riscos (RAS);
- Monitoramento do Canal de Denúncias com relação a irregularidades, a fraudes ou a erros inseridos na esfera de atuação do Coaud ou das empresas do Conglomerado BTG;
- Acompanhamento das atividades de conformidade e de prevenção a fraudes e à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo; e
- Monitoramento do cumprimento, pela administração das empresas do Conglomerado BTG, das recomendações feitas pela auditoria independente, pela Auditoria Interna, por reguladores, por autorreguladores ou por este Comitê.

Auditoria Independente

No semestre, o Comitê manteve com os auditores independentes (PwC) comunicação contínua, visando à ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e dos aspectos contábeis relevantes, permitindo aos seus membros fundamentar opinião sobre a qualidade e a integridade das demonstrações contábeis e dos relatórios financeiros, previamente à submissão e à deliberação do Conselho de Administração e à divulgação.

Adicionalmente, este Comitê acompanhou continuamente as situações que pudessem caracterizar conflito de interesse em relação aos trabalhos realizados pela auditoria independente para empresas do Conglomerado BTG, de modo a assegurar a sua plena independência.

O Comitê avalia, como satisfatórios, o volume e a qualidade das informações fornecidas pelo auditor independente, as quais constituíram subsídios para a sua avaliação sobre a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras e dos relatórios financeiros do BTG Pactual.

Auditoria Interna

O Comitê acompanhou, por meio de reuniões periódicas, o cumprimento do planejamento e do cronograma de execução dos trabalhos previstos no plano anual de auditoria, bem como daqueles realizados extraordinariamente. O Plano de Auditoria, que direciona os trabalhos anuais, foi aprovado pelo Comitê e na sequência pelo Conselho de Administração do BTG Pactual, inclusive as suas revisões trimestrais.

Por meio dos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna e das avaliações sobre a estrutura, o gerenciamento e os controles dos riscos assumidos pelo BTG Pactual, o Comitê pôde confirmar a consistência dos processos de geração de relatórios utilizados pela Administração para fins de subsídios em suas decisões e de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas das empresas integrantes do Conglomerado BTG. O Comitê considera que as ações adotadas para o gerenciamento e para o controle dos riscos estão adequadamente definidas e apropriadamente direcionadas, havendo pleno o gerenciamento, inclusive controles, dos riscos assumidos no âmbito do Conglomerado BTG.

Cumprimento da Legislação e da Regulamentação e Efetividade dos Sistemas de Controles Internos

O Comitê, com base na avaliação das informações e dos documentos recebidos das áreas responsáveis, dos trabalhos da Auditoria Interna, dos componentes de Controles Internos, de Prevenção a Fraudes, de *Compliance* e de Risco Operacional e nos relatórios produzidos pela auditoria independente, concluiu que não ocorreu qualquer falha no cumprimento da legislação, da regulamentação ou das normas internas que possam colocar em risco a continuidade do BTG Pactual ou de qualquer uma das demais empresas integrantes do Conglomerado BTG ou, ainda,

que possam afetar de forma relevante a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras relativas ao semestre objeto deste relatório.

No semestre, foram também avaliados: (i) os processos-chaves; (ii) os riscos associados a esses processos; (iii) a efetividade dos controles, inclusive para adoção tempestiva das ações destinadas à mitigação dos riscos assumidos pelas empresas do Conglomerado BTG; e (iv) os testes de efetividade dos controles voltados para mitigação dos riscos identificados.

Na avaliação do Comitê, os controles internos são satisfatórios e compatíveis com o porte, com a natureza e com a complexidade das operações realizadas pelo BTG Pactual e pelas demais empresas do Conglomerado BTG.

Demonstrações Financeiras

Por meio das análises e dos monitoramentos acima mencionados e com base no relatório dos auditores independentes, o Comitê concluiu que as demonstrações financeiras, com as respectivas notas explicativas, refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BTG Pactual e das empresas por ele controladas. Não foi identificado qualquer ponto que pudesse impactar negativamente a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras relativas ao período analisado.

Recomendação

Considerando os aspectos acima mencionados, o Comitê de Auditoria recomenda a aprovação, pelo Conselho de Administração, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BTG Pactual, elaboradas com data-base de 31 de dezembro de 2025

Rio de Janeiro, de 6 de fevereiro de 2026.

Eduardo Loyo

Aníbal Joaquim

Sidnei Marques

BANCO BTG PACTUAL S.A.
CNPJ/MF 30.306.294/0001-45
NIRE 33.300.000.402

**ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA
REALIZADA EM 6 DE FEVEREIRO DE 2026**

1. Data, Hora e Local: Aos 6 dias do fevereiro de 2026, às 10 horas, na sede social do Banco BTG Pactual S.A., localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º e 6º andares, Torre Corcovado, Botafogo, CEP 22.250-040 (“Companhia”).

2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros da Diretoria da Companhia.

3. Composição da Mesa: Presidiu os trabalhos o Sr. Roberto Balls Sallouti, que convidou a mim, Fernanda Jorge Stallone Palmeiro, para secretariá-lo.

4. Ordem do dia e Deliberações: Por deliberação tomada pela unanimidade dos membros da Diretoria, no gozo de seus amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, a ela atribuídos por meio do Estatuto Social da Companhia, resolvem, nos termos dos incisos V e VI, parágrafo 1º, artigo 27, da Resolução nº 80, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 30 de março de 2022:

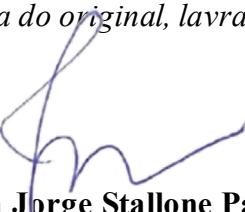
4.1. Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras completas (individuais e consolidadas) do Banco BTG Pactual S.A., relativas à data base de 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

4.2. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras completas (individuais e consolidadas) do Banco BTG Pactual S.A., relativas à data base de 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

5. **Encerramento e Assinaturas:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se ata que se refere a esta Reunião, que foi aprovada pela unanimidade dos Diretores-Executivos da Sociedade, os Srs. André Fernandes Lopes Dias, Antonio Carlos Canto Porto Filho, Alexandre Camara e Silva, Guilherme da Costa Paes, Iuri Rapoport, Marcelo Flora Sales, Mariana Botelho Ramalho Cardoso, Oswaldo de Assis Filho, Bruno Duque Horta Nogueira, Renato Hermann Cohn, Renato Monteiro dos Santos, Roberto Balls Sallouti, Christian Flemming e Rogério Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 2026.

Atesto que esta é cópia fiel extraída do original, lavrada e arquivada em livro próprio.



Fernanda Jorge Stallone Palmeiro
Secretária